

PANORAMA

Foco na Política Regional e Urbana Europeia

OUTONO 2019 / N.º 70

Medidas inteligentes impulsionam as empresas dinamarquesas

REGIOSTARS:
OS PRIMEIROS
PRÉMIOS PARA
PROJETOS
NOTÁVEIS



AVALIAÇÃO DA
POLÍTICA DE
COESÃO NAS
VÁRIAS REGIÕES



PANORAMA

ÍNDICE

EDITORIAL: JOHANNES HAHN, COMISSÁRIO TEMPORÁRIO PARA A POLÍTICA REGIONAL, DESCREVE O FUTURO PROMETIDO PELA NOVA COMISSÃO.....	3
ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE REGIONAL: A QUARTA EDIÇÃO APRESENTA AS PRINCIPAIS CONCLUSÕES RELATIVAS AO CRESCIMENTO ECONÓMICO.....	4
EUROBARÓMETRO: OS NÚMEROS MAIS RECENTES REVELAM O GRAU DE CONSCIÊNCIA E APRECIÇÃO GERAL DO PÚBLICO EM RELAÇÃO À POLÍTICA REGIONAL DA UE.....	9
REGIOSTARS: PERFIS DOS FINALISTAS E VENCEDORES DOS PRÉMIOS DE 2019 COM PROJETOS INOVADORES EM TODA A UE.....	12
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA DE COESÃO APÓS 2020: ATUALIZAÇÃO SOBRE AS NEGOCIAÇÕES DO QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL.....	18
INSTRUMENTOS FINANCEIROS: VÃO REPRESENTAR UM PAPEL CADA VEZ MAIS IMPORTANTE NO PRÓXIMO PERÍODO DE FINANCIAMENTO.....	20
DINAMARCA: UM OLHAR MAIS PRÓXIMO SOBRE A DINAMARCA, OS SEUS PROJETOS BEM-SUCEDIDOS E AS REFORMAS DO SEU SISTEMA DE APOIO ÀS EMPRESAS.....	22
REFORÇO DA ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE EM PORTUGAL: PORTUGAL AVALIA A SUA ESTRATÉGIA E APOIA OS EMPRESÁRIOS.....	30
TRAÇAR UMA ROTA PARA A EUROPA URBANA: ANA LISA BONI SOBRE A DECLARAÇÃO DE BUCARESTI E A FUTURA AGENDA URBANA.....	32
YOUTH4REGIONS: DOIS JOVENS JORNALISTAS SOBRE PROJETOS DE APOIO À AGRICULTURA URBANA E INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DA MÚSICA.....	34
PONTO DE DADOS: OS NÚMEROS MAIS RECENTES SOBRE O DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS DA POLÍTICA DE COESÃO.....	38
INVESTIR NO NOSSO FUTURO COMUM: UM RELATÓRIO DA 8.ª CONFERÊNCIA SOBRE A AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE COESÃO.....	40
FUNDO DE SOLIDARIEDADE DA UE 2002-2017: O MODO COMO O FUNDO DE SOLIDARIEDADE AJUDOU AS REGIÕES A RECUPERAR DE INUNDAÇÕES, INCÊNDIOS E CATÁSTROFES NATURAIS.....	42
PROJETO «ROAD TRIP 2»: NA SEGUNDA EDIÇÃO, OITO JOVENS ATRAVESSAM O CONTINENTE NUMA VIAGEM DE DESCOBERTA.....	44
NAS SUAS PRÓPRIAS PALAVRAS: VERBAS DO FSE APOIAM PROJETOS DE INOVAÇÃO SOCIAL NA BAIXA SAXÓNIA.....	46
NOTÍCIAS BREVES	47
PROJETOS: PERFIS SOBRE PROJETOS BEM-SUCEDIDOS DE ITÁLIA, DE ESPANHA E DA EUROPA CENTRAL.....	48



15



30



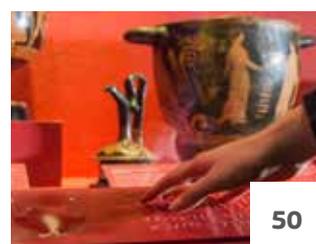
32



34



44



50

EDITORIAL

É com prazer que saúdo os leitores da revista *Panorama* nesta nova edição da revista, após o convite do presidente Jean-Claude Juncker para que assumisse a pasta da Política Regional até ao final do presente mandato da Comissão, em 31 de outubro de 2019.

Estão a decorrer os preparativos para a nomeação da nova Comissão para o período de 2019-2024. Após a votação favorável do Parlamento Europeu para a sua candidatura e orientações políticas, a presidente eleita Ursula von der Leyen tem estado a trabalhar na criação da sua equipa tendo, em 10 de setembro, anunciado o seu projeto de distribuição das pastas.

A política regional tem um papel central a desempenhar no esforço da Comissão Europeia para alcançar uma Europa mais verde, mais justa e mais forte. Em primeiro lugar, no âmbito do «**Pacto Verde Europeu**», a política regional continuará a apoiar a transformação regional e a transição para a economia verde e a evolução tecnológica. Mais de três quartos do orçamento da política regional já estão reservados para investimentos na transição, em especial na inovação e na mudança para uma economia com impacto neutro no clima – o novo Fundo para uma Transição Justa reforçará esta ênfase.

Depois, a política regional será um dos principais motores de uma «**economia ao serviço das pessoas**», continuando o nosso mote a ser «não deixar nenhuma região e nenhuma pessoa para trás». Para além de avultados investimentos na economia real (que ascendem atualmente a quase 50 mil milhões de euros para 2014-2020), a política regional conti-

nuará a desenvolver as suas ferramentas para territórios específicos, como as zonas urbanas desfavorecidas, as regiões fronteiriças ou as regiões ultraperiféricas – para não falar do Fundo de Solidariedade da UE. O objetivo consiste em garantir que os cidadãos europeus beneficiam de oportunidades semelhantes, independentemente do seu país de origem e onde que que habitem ou trabalhem.

A política regional será também essencial para alcançar «**uma Europa adequada à era digital**», com metade dos investimentos do FEDER para 2021-2027 dedicados a «Uma Europa mais inteligente», incluindo a digitalização, no âmbito de centenas de estratégias maduras de especialização inteligente.

Por último, sinto-me honrado com a perspetiva de a política regional apoiar também a Comissão no seu esforço para «reunir as pessoas» e para «**deixar os intervenientes nacionais, regionais e locais atuar nos domínios em que são mais eficazes**», capacitando-os ativamente para concretizar as nossas prioridades para a Europa. ■



Johannes Hahn

Comissário Europeu para a Política Regional

ICR 2019: levantamento das tendências em matéria de competitividade regional

O quarto Índice de Competitividade Regional, que acompanha o nível de competitividade nas várias regiões da UE, acaba de ser publicado.

Nos últimos dez anos, o Índice de Competitividade Regional (ICR) tem medido os principais fatores de competitividade em 268 regiões da NUTS-2 na União Europeia. Com onze componentes diferentes, capta conceitos que são pertinentes para o desenvolvimento sustentável, a produtividade e o bem-estar. Este índice único proporciona perspetivas nacionais que os índices nacionais de competitividade não conseguem capturar.

A última edição do ICR, lançada em 7 de outubro de 2019 na Semana Europeia das Regiões e dos Municípios em Bruxelas, na Bélgica, confirma um padrão policêntrico com uma ampla variação, que caracteriza tanto países como regiões de um mesmo país. Dez anos após a crise financeira mundial, o fosso Norte-Oeste, Sul-Este na UE continua tanto claro como visível.

As regiões das capitais tendem a ser as mais competitivas dentro dos respetivos países, com exceção dos Países Baixos, de Itália e da Alemanha. A região com melhor desempenho desta edição do ICR é a região de Estocolmo, sendo o segundo lugar partilhado por Londres, com a sua ampla zona de migração alternante, e Utreque.

Tal como em todas as anteriores edições do ICR, na sua maioria, as principais regiões albergam capitais ou grandes zonas metropolitanas cuja aglomeração e conectividade entre atividades económicas e capital humano as tornam motores de crescimento e competitividade.

Observações oportunas

Os quatro momentos atualmente disponíveis – correspondentes às quatro edições do Índice – permitem o acompanhamento das tendências e evoluções da competitividade regional desde a sua primeira publicação, em 2010. Regra geral, os movimentos rápidos e amplos não são comuns às quatro edições do ICR.

Dentro de cada país, os desempenhos regionais tendem a ser bastante estáveis ao longo do tempo, embora, em alguns casos, se possa observar uma ligeira convergência entre o melhor desempenho, normalmente da região da capital, e as outras regiões do país. Por exemplo, na Suécia, Estocolmo, com uma pontuação elevada e estável, foi lentamente apanhada pelas outras três principais regiões do país. Por outro lado, o fosso entre a região de Bucareste e o resto da Roménia permaneceu manifestamente amplo durante a última década, embora as

três regiões seguintes em termos de competitividade tenham melhorado de forma constante. Foram adicionadas novas ferramentas interativas à página Web do ICR para comparar os níveis de competitividade em diferentes regiões no tempo e no espaço.

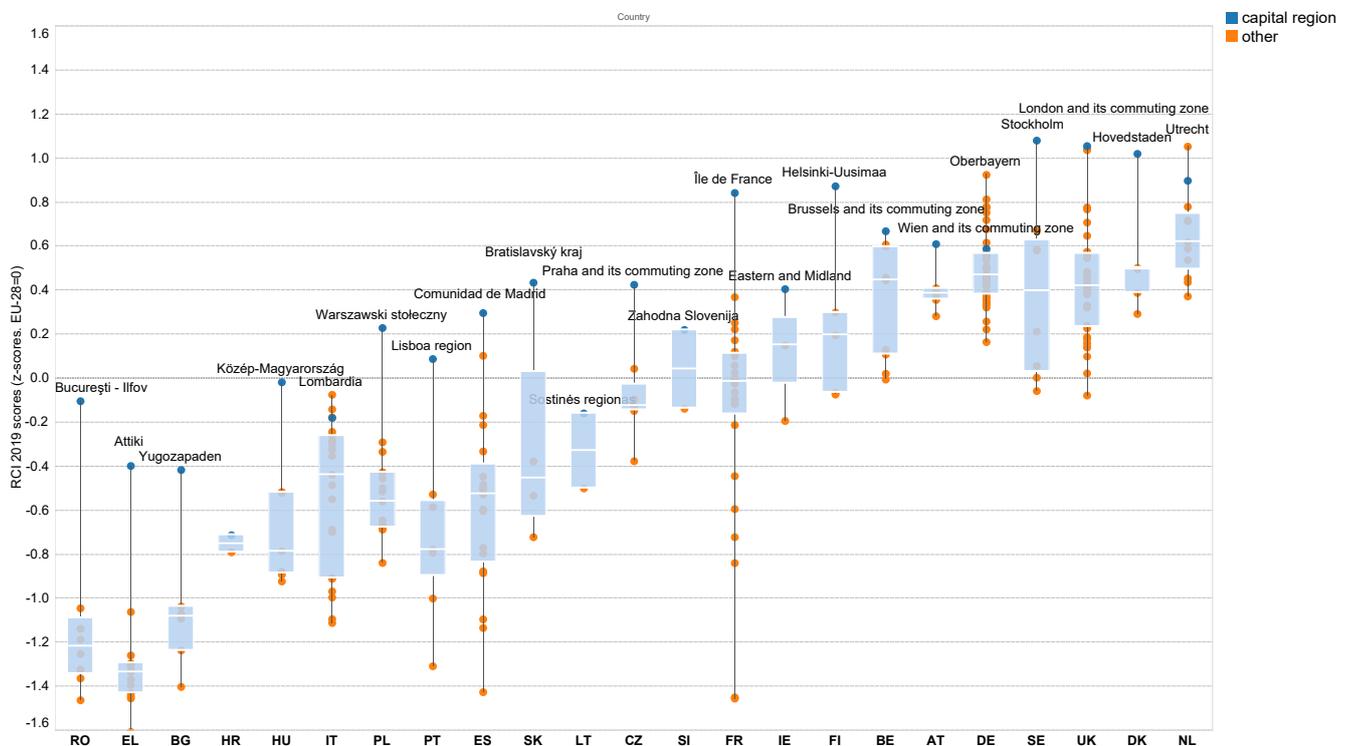
Desde a sua primeira publicação, um número crescente de regiões da

UE utilizaram o ICR e os seus componentes para fazer comparações com outras regiões da UE ou com a média da UE. O Índice também se revelou útil para comparar uma região com outras regiões com um nível de desenvolvimento económico semelhante. Por exemplo, uma região menos desenvolvida pode ter uma pontuação global inferior, mas ainda assim ter um desempenho superior a regiões com um nível semelhante de produto interno bruto (PIB) *per capita*. Por outro lado, uma região altamente desenvolvida pode ter uma pontuação elevada mas, ainda assim, ficar aquém do que é típico entre as regiões de riqueza comparável.

«Na sua maioria, as principais regiões albergam capitais ou grandes zonas metropolitanas cuja aglomeração e conectividade entre atividades económicas e capital humano as tornam motores de crescimento e competitividade.»



Distribuição das pontuações do ICR 2019 dentro de cada país.



A figura supra só inclui países com mais do que uma região.

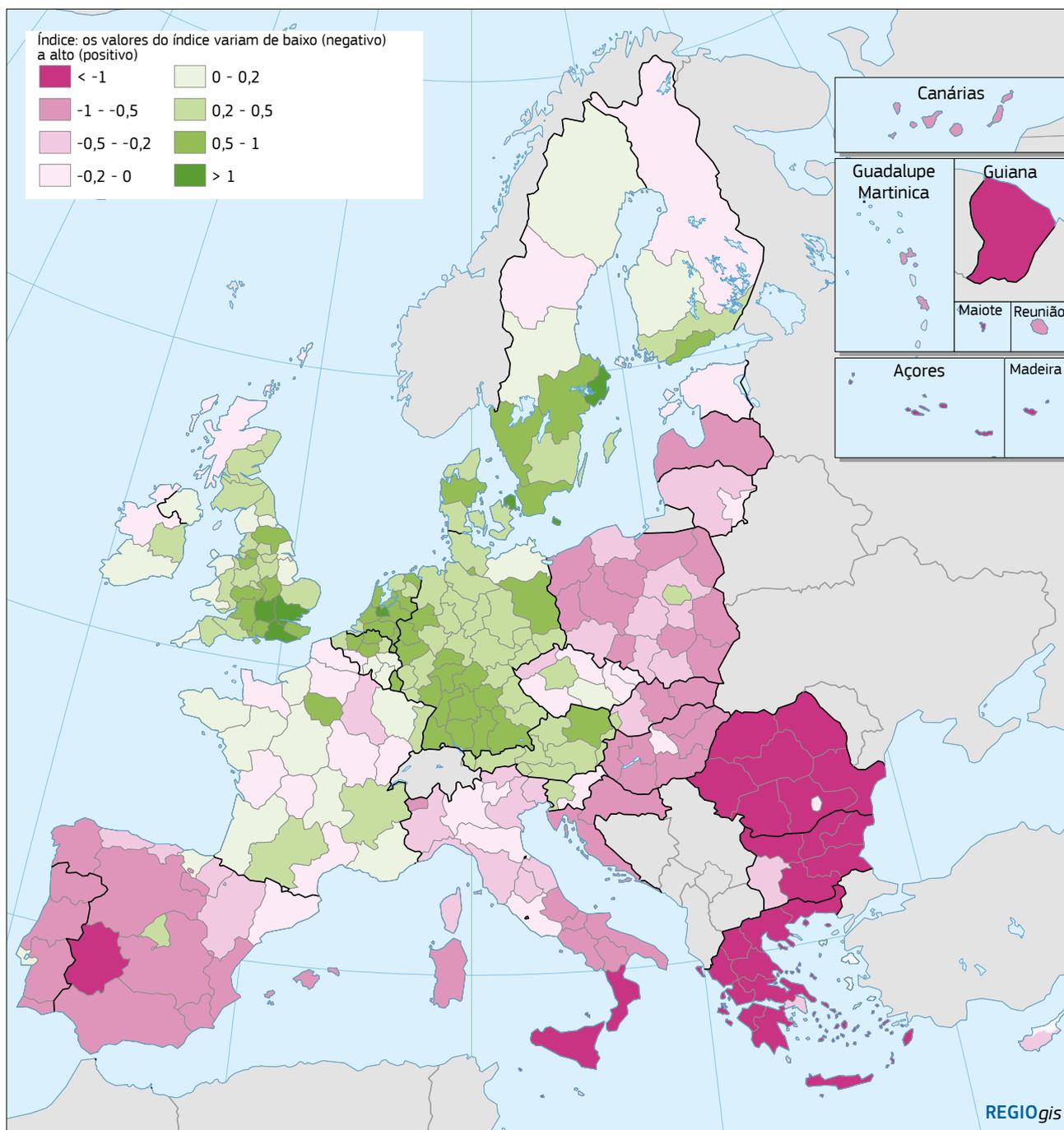
É indicado o nome da melhor região do país. As caixas sombreadas incluem 50% das regiões de cada país.

Existem amplas variações, tanto a nível dos países como das regiões dentro de um mesmo país. As regiões das capitais tendem a ser as mais competitivas, com exceção dos Países Baixos, de Itália e da Alemanha. Nos Países Baixos, Utreque continua a ser a região com o melhor desempenho, seguida de Amesterdão. Em Itália, a Lombardia continua a ser a região com o melhor desempenho, ao passo que, na Alemanha, a região com o melhor desempenho continua a ser a de Oberbayern (região de Munique). Em Itália, em Espanha e na Bélgica, os níveis de competitividade regional distribuem-se ao longo de um amplo intervalo, mas de forma equilibrada em todas as regiões de cada país, conforme ilustrado pelas caixas que incluem 50% das regiões de cada país.

Índice de Competitividade Regional – ICR 2019

O fosso Norte-Oeste, Sul-Este na UE ainda é claro e visível, mesmo passados dez anos da crise. Os resultados da edição de 2019 do Índice de Competitividade Regional confirmam um padrão policêntrico, com um desempenho particularmente

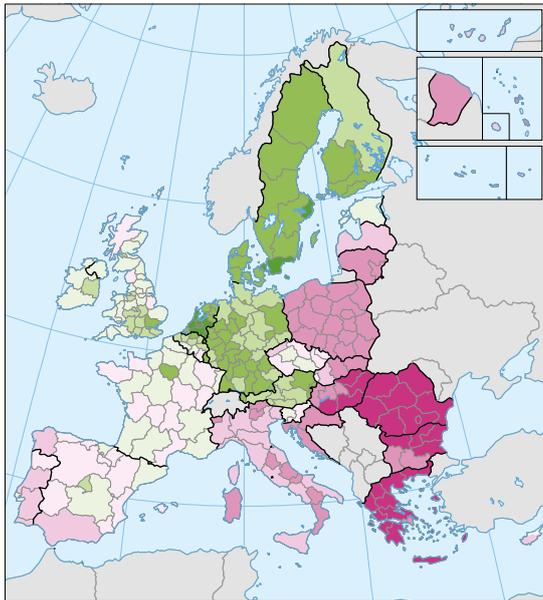
forte das regiões das capitais e zonas metropolitanas em muitas partes da UE. A distribuição espacial dos níveis de competitividade é coerente com as edições anteriores do ICR.



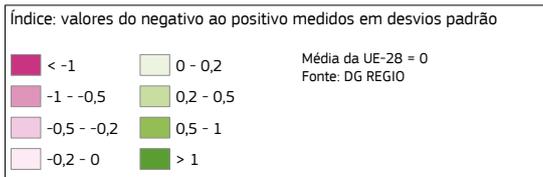
UE-28 = 0
Fonte: DG REGIO

© EuroGeographics Association para as fronteiras administrativas

Índice de Competitividade Regional, 2019 – Pontuações por grupo



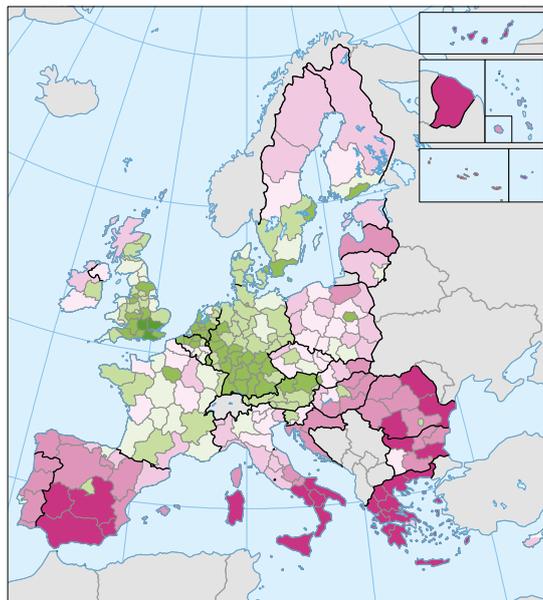
Pilares do grupo Básico combinados



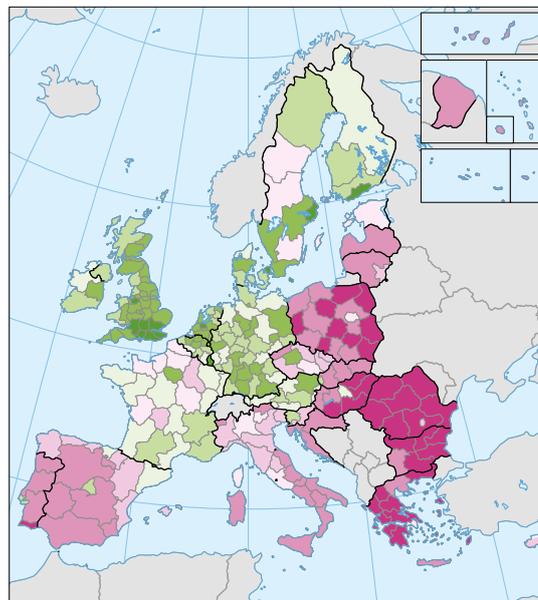
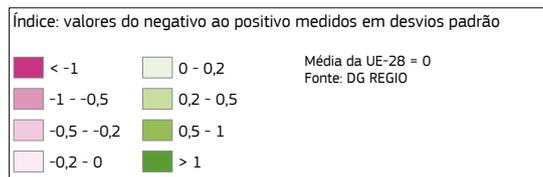
O ICR é composto por onze pilares que descrevem os diferentes aspetos da competitividade e são classificados em três grupos:

- O grupo Básico inclui cinco pilares: Instituições; Estabilidade macroeconómica; Infraestruturas; Saúde e Educação de base.
- O grupo Eficiência inclui: Ensino superior, formação e aprendizagem ao longo da vida; Eficiência do mercado de trabalho e Dimensão do mercado.
- O grupo Inovação inclui: Preparação tecnológica; Sofisticação das empresas e Inovação.

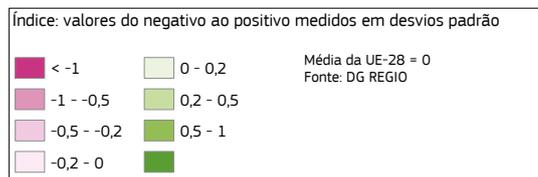
Os três mapas ilustram a distribuição espacial dos subíndices Básico, Eficiência e Inovação. Em consonância com as edições passadas, o grupo Básico é aquele em que se observa a menor variabilidade dentro de um mesmo país, ao passo que o grupo Eficiência e, em maior medida, o grupo Inovação, variam mais. Existem dois motivos para a homogeneidade relativamente superior do grupo Básico: em primeiro lugar, dois dos cinco pilares do grupo Básico são medidos apenas a nível nacional. Em segundo lugar, uma vez que o grupo inclui facilitadores básicos da competitividade, como infraestruturas, saúde e educação de base, espera-se um certo nível de homogeneidade a nível da UE. Em vez disso, a maior variabilidade evidente no grupo Inovação sugere diferenças substanciais na capacidade de inovação das economias regionais tanto entre países como dentro de um mesmo país.



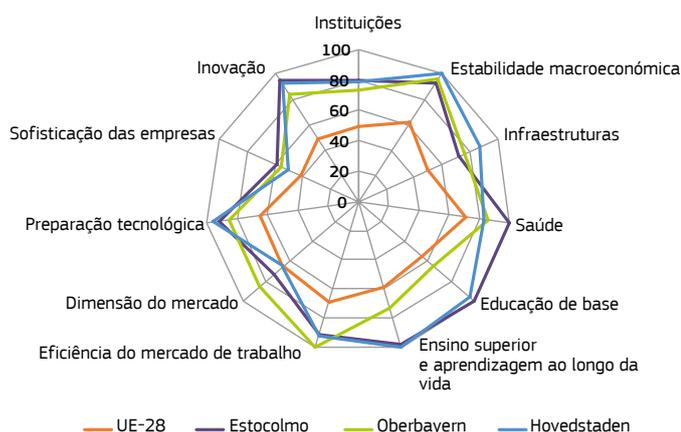
Pilares do grupo Eficiência combinados



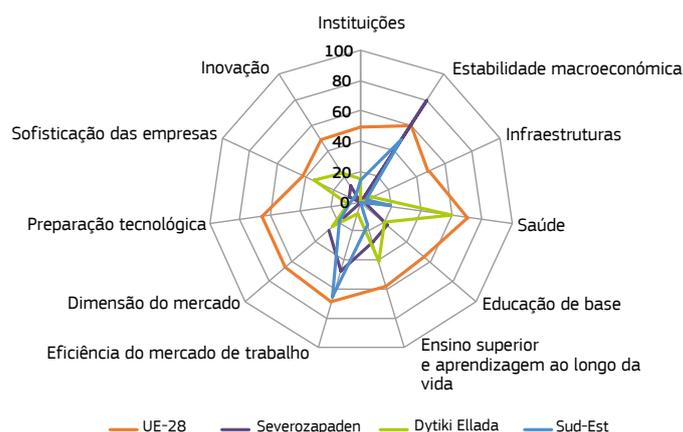
Pilares do grupo Inovação combinados



É possível obter uma perspetiva ainda mais profunda analisando o desempenho de uma região no que diz respeito aos onze pilares do ICR. Por exemplo, a figura seguinte compara três das dez regiões com o melhor desempenho: Estocolmo (SE), Oberbayern (DE) e Hovedstaden (DK) (gráfico de radar à esquerda), todas com um índice do PIB *per capita* superior a 160 (UE-28=100) e três das dez regiões com o pior desem-



penho: Severozapaden (BG), Dytiki Ellada (EL) e Sud-Est (RO) (gráfico de radar à direita), com um PIB *per capita* não superior a 50% da média da UE. Em primeiro lugar, importa salientar a forma regular, quase esférica, do gráfico de radar que ilustra as regiões com o melhor desempenho em contraste com o padrão altamente irregular do gráfico que ilustra as regiões com o pior desempenho.



A RECEITA DE ANNA KARENINA PARA A COMPETITIVIDADE

Análises recentes dos principais fatores de crescimento económico regional salientaram que os ganhos simultâneos em vários domínios, ao invés de serem excelentes em apenas um ou alguns, são uma boa receita para o sucesso económico. Isto recorda-nos do que se pode chamar de princípio de Anna Karenina: «Todas as famílias felizes são iguais; cada família infeliz é infeliz à sua maneira» (Anna Karenina, de L. N. Tolstoi). Por outras palavras, a deficiência num qualquer fator leva a uma maior fraqueza em geral.

Comparar notas

Atualmente, são publicados quadros de resultados melhorados na página Web do ICR para facilitar a comparação de cada região com os respetivos pares. Esses quadros de resultados são fichas informativas – um relativo a cada região – que apresentam as pontuações e as classificações das regiões no ICR, bem como todos os seus componentes. Além disso, o desempenho das regiões é comparado com o de um grupo dos seus pares económicos, definido como as 15 regiões mais próximas da região em análise em termos de PIB *per capita*.

Estes quadros de resultados, bem como os mapas interativos, os gráficos de radar, a análise de comparação temporal, os documentos metodológicos e as tabelas de dados encontram-se disponíveis na página Web do ICR.

O ICR baseia-se na abordagem do Índice de Competitividade Global produzido anualmente pelo Fórum Económico Mundial

e adapta-o ao nível regional na UE. Utiliza 11 dimensões de competitividade descritas, na edição de 2019, por mais de 74 indicadores regionais que abrangem sobretudo o período entre 2015 e 2017, sendo alguns tão recentes quanto 2018. Abrangem um amplo conjunto de fatores de competitividade e desenvolvimento sustentável, incluindo inovação, governação, transportes e infraestruturas digitais, saúde e capital humano.

O ICR também tem em conta o desenvolvimento económico de uma região ao dar mais peso aos fatores básicos de competitividade nas regiões menos desenvolvidas e aos fatores de inovação nas regiões mais desenvolvidas.

SAIBA MAIS

<https://europa.eu/!VJ69cd>

Os cidadãos pronunciam-se sobre a política regional da UE



No âmbito de uma série de estudos que analisam o conhecimento e as atitudes dos europeus em relação à política regional da UE, a DG Regio entrevistou mais de 27 000 cidadãos da UE por telefone ao longo de 10 dias, em junho deste ano.

O relatório decorrente baseia-se em quatro inquéritos anteriores: o Eurobarómetro Flash 452 (FL452), de junho de 2017; o Eurobarómetro Flash 423 (FL423), de junho de 2015; o inquérito FL298 de junho de 2010¹; e o inquérito FL384² de setembro de 2013.

O inquérito começa por perguntar se os inquiridos ouviram falar de algum projeto cofinanciado pela UE na sua área de residência e, se sim, se pensam que esses projetos tiveram um impacto positivo ou negativo. Os inquiridos foram depois questionados sobre a sua familiaridade com os dois fundos regionais da UE e sobre se beneficiaram pessoalmente de algum projeto financiado pela UE. O estudo também disponibiliza detalhes sobre as fontes de informação usadas pelos inquiridos para se informarem sobre a política.

O inquérito analisa em seguida as prioridades da política regional europeia a partir da perspetiva dos cidadãos, perguntando aos inquiridos que regiões geográficas e que áreas de investimento a UE deve privilegiar e quem deve tomar decisões sobre os investimentos regionais.

O estudo conclui com a análise do conhecimento público sobre a cooperação transfronteiriça, incluindo quatro estratégias macrorregionais da UE no mar Báltico, na região do Danúbio, nas regiões adriática e do mar Jónico e na região alpina, o Interreg e as regiões ultraperiféricas.

No seguimento da metodologia usada nos inquéritos Eurobarómetro Flash, entre 3 e 13 de junho de 2019, 27 144 inquiridos europeus de diferentes grupos sociais e demográficos foram entrevistados por telefone (móvel ou rede fixa), na sua língua materna, em nome da Direção-Geral da Política Regional e Urbana.

Os principais resultados do Eurobarómetro de 2019 sobre política regional são ilustrados nos dois infográficos apresentados abaixo.

SAIBA MAIS

<https://europa.eu/tr88kq>

¹ http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl_298_en.pdf

² http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl_384_en.pdf

A Europa que estamos a construir juntos

Política regional europeia

PERCENTAGEM DOS INQUIRIDOS QUE CONHECEM PROJETOS DA UE QUE AFIRMAM QUE ESTES TIVERAM UM IMPACTO POSITIVO

Conhecimento

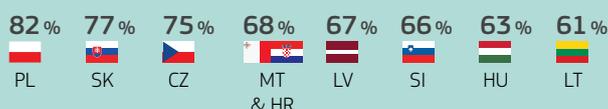
Os europeus acreditam que **Os projetos da UE têm um impacto positivo nas suas vidas**



Cada vez mais pessoas **conhecem projetos da UE nas suas regiões...**



... O conhecimento de projetos financiados pela UE está **acima dos 60%** em 9 Estados-Membros



Investimentos



Três em cada cinco europeus acreditam que **os fundos europeus devem ser disponibilizados a TODAS as regiões**



A maioria acredita que a UE **deve dar prioridade** a regiões...



Os cidadãos querem que a UE **invista na...**

... educação, saúde ou infraestruturas sociais

91%



... no ambiente

90%



Isto corresponde às prioridades de financiamento para o período de 2021-2027.

Governança

As decisões importantes sobre o financiamento regional da UE são tomadas perto dos cidadãos

Os europeus apoiam esta governação descentralizada

AS DECISÕES SOBRE A POLÍTICA REGIONAL EUROPEIA DEVEM SER PRIMORDIALMENTE TOMADAS AO



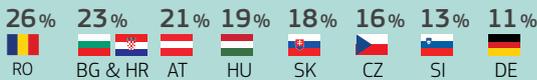
Cooperação regional

Nível de conhecimento dos Estados-Membros envolvidos em cada macrorregião

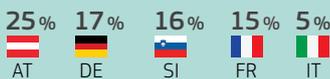
Cooperação na região do mar Báltico



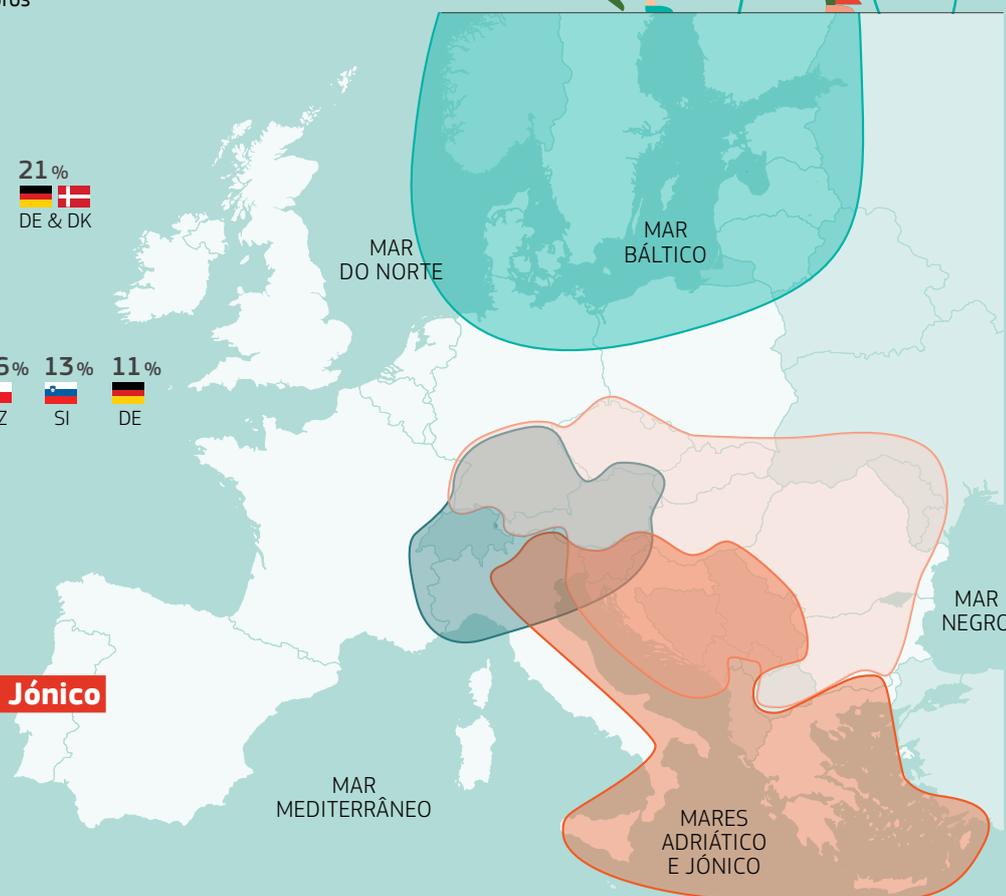
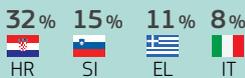
Cooperação na região do Danúbio



Cooperação na zona da região alpina



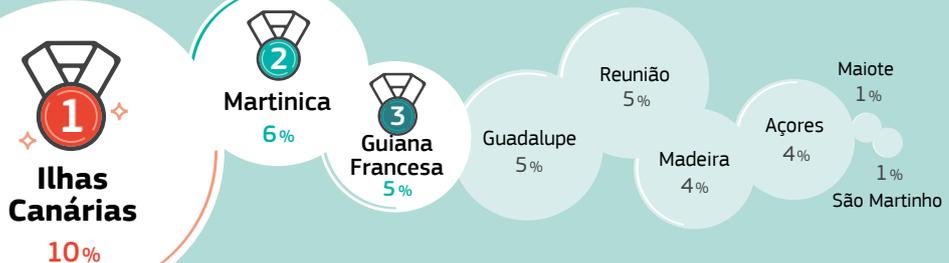
Cooperação na região do mar Adriático e do mar Jónico



Regiões ultraperiféricas

A União Europeia fora da Europa: as mais conhecidas regiões ultraperiféricas

Nível de conhecimento





REGIOSTARS

2 0 1 9

Os **24 finalistas dos prémios REGIOSTARS deste ano** foram selecionados por um painel de jurados independentes incumbido de identificar os projetos europeus mais notáveis. Os vencedores em cada uma das principais categorias de projetos e o vencedor do prémio do público receberam-nos durante a Semana Europeia das Regiões e dos Municípios, que teve lugar em Bruxelas, na Bélgica, de 7 a 10 de outubro.

As categorias de prémios para 2019 são:

- ★ PROMOÇÃO DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
- ★ LIGAÇÃO DO VERDE, AZUL e CINZENTO
- ★ COMBATE ÀS DESIGUALDADES e À POBREZA
- ★ CONSTRUÇÃO DE CIDADES RESILIENTES AO CLIMA
- ★ MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

PROMOÇÃO DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL



Energy Cells GR – Saarbrücken, Alemanha (INTERREG V-A França, Bélgica, Alemanha, Luxemburgo)

O projeto visa integrar importantes quantidades de energia renovável na rede energética da Grande Região. Cada uma das quatro células de energia é uma possível central elétrica a equilibrar a produção e o consumo de eletricidade, quer pela exploração da capacidade de armazenamento das células, quer pela troca da energia excedente por via de redes inteligentes ao nível da rede de distribuição.

<http://www.izes.de/>

Biblioteca Digital Librarium – Estremadura, Espanha (FEDER)

O Departamento de Educação do Governo Regional da Comunidade Autónoma da Estremadura disponibiliza, gratuitamente e em linha, a biblioteca digital *Librarium*, para uso de todas as escolas financiadas pelo Estado ao nível pré-universitário. O objetivo da plataforma de empréstimos digital e dos clubes de leitura virtuais é promover a leitura e a literacia mediática e da informação, e é suplementado pela distribuição de leitores de livros eletrónicos, *tablets* e computadores pelas escolas.

<http://librarium.educarex.es>



CONNECT innovation bai! – Irún, Espanha (INTERREG V-A Espanha, França, Andorra)

Ao ajudar as empresas a prepararem-se para a 4ª Revolução Industrial – incluindo a Internet das coisas, a hiperconectividade, os megadados, a impressão a três dimensões, a robótica, etc. – o projeto visa criar emprego e oportunidades para os habitantes da região, fomentando assim a inovação, a criatividade e a economia digital.

<https://www.bidasoa-activa.com/index.php>

Dados abertos na região de Estocolmo – Cidade de Estocolmo, Suécia (FEDER)

Vinte e seis municípios da região estão a colaborar para disponibilizarem publicamente dados municipais, para responder em particular às necessidades de estímulo à inovação e ao crescimento das PME. Estão a desenvolver processos e ferramentas comuns, a assegurar requisitos técnicos e a colaborar com empresas e outras organizações para garantir que os resultados podem ser aplicados à escala nacional, para beneficiar todos os 290 municípios suecos.

<https://stockholm.se>



LIGAÇÃO DO VERDE, AZUL E CINZENTO

WINNER



CobBauge – Plymouth, Reino Unido (INTERREG França (Canal da Mancha) Inglaterra)

O projeto desenvolveu um novo e inovador material para uso em paredes compostas em casas energeticamente eficientes e de elevado rendimento, que são confortáveis, mais saudáveis e mais baratas de gerir. O produto baseia-se num antigo método de construção que se serve de terra e fibras e que foi adaptado aos métodos de construção modernos, combinando a herança cultural e o desenho inteligente de edifícios modernos.

<http://www.cobbauge.eu/en/cobbauge-2/>

LOS_DAMA! – Munique, Alemanha (INTERREG Programa para a região alpina)

O projeto baseou-se em sete pilotos, desenvolvidos na região alpina, e criou um parque inter-regional no norte de Viena para chamar a atenção para a importância dos espaços verdes. A infraestrutura ecológica reforçada pode ser aplicada na transformação ecológica das cidades noutras regiões metropolitanas para lá dos Alpes.

https://www.alpine-space.eu/projects/los_dama/en/home



A rede de aquecimento Amiens Energies – Amiens, França (FEDER)

Com vista a impulsionar a transição energética na região, a cidade de Amiens desenvolveu uma ferramenta para melhorar o quotidiano dos seus cidadãos e garantir baixas emissões de carbono. Apoiada pela SEMOP, uma parceria público-privada, a rede de aquecimento de 47 km aquecerá o equivalente a 19000 casas a partir de 5 fontes de energia renováveis.

<http://www.amiens-energies.com>

CAPTURE – Flandres, Bélgica (FEDER)

A iniciativa CAPTURE visa reunir cientistas de várias disciplinas para trabalhar com governos e indústrias locais, regionais e nacionais no sentido de tornar o planeta mais sustentável por via da recolha e reutilização de recursos preciosos dentro da economia circular.

<https://capture-resources.be/>



ECOMARE – Aveiro, Portugal (FEDER)

Situado na região Centro de Portugal, o porto de Aveiro está a trabalhar com a lagoa costeira da ria de Aveiro para proteger os recursos marinhos biológicos e para estimular a biotecnologia azul e a aquacultura sustentável. Aves marinhas, tartarugas marinhas, focas e golfinhos estão a ser resgatados e devolvidos à vida selvagem, ao mesmo tempo que a economia azul oferece novos serviços e produtos inspirados pelo oceano.

<http://www.ua.pt/>



COMBATE ÀS DESIGUALDADES E À POBREZA



Good support – Koszalin, Polónia (FSE)

O projeto Good Support é uma parceria inovadora que visa reforçar a acessibilidade aos serviços sociais no Voivodato da Pomerânia Ocidental, na Polónia. Com base numa aplicação Web disponível nos computadores e integrada numa aplicação para o telemóvel, o sistema autónomo liga os utilizadores locais, como os serviços de assistência municipais ou a empresa-tutor-pessoa ao cuidado-família, sem necessidade de criar um telecentro dispendioso.

<http://www.ndsfund.org>

EUMINT – Bolzano, Itália (INTERREG Itália, Áustria)

Num esforço para reforçar a cooperação institucional transfronteiriça entre a Itália e a Áustria, o EUMINT combate os desafios sociais, económicos, políticos e culturais associados com a migração. O projeto concentra-se na integração transfronteiriça, cívica e laboral, três dos principais problemas relacionados com a integração de requerentes de asilo e refugiados.

www.eurac.edu/eumint



Projeto WISE – Donegal, Irlanda (FSE)



O projeto Conhecimento e Emprego Integrado para as Mulheres está a ajudá-las a regressar ao mercado de trabalho, à formação ou ao trabalho por conta própria. Os consultores de trabalho oferecem apoio sobre como escrever um currículo ou uma carta de apresentação, como se apresentar numa entrevista, sobre mediação laboral, sobre o acesso a oportunidades de emprego e de formação, sobre como criar o próprio emprego, como desenvolver a confiança e a motivação, como explorar as oportunidades de crescimento e sobre financiamento para breve cursos acreditados.

<https://www.people-1st.co.uk/programmes/wise-roi>

Jacob@ccess – Jaca, Espanha (INTERREG V-A Espanha, França, Andorra)

O Caminho de Santiago, uma das rotas de peregrinação mais movimentadas do mundo, é composto por uma extensa rede de estradas que cobre 80 000 km e atravessa 28 países. Ainda que seja internacionalmente reconhecida desde os anos de 1980, permanece uma rota impraticável para pessoas com deficiência ou problemas de mobilidade. O projeto Jacob@ccess tem por objetivo tornar o caminho até Santiago mais acessível para todos.

<http://www.jaca.es>



Prevenção da privação de alojamento – Lahti, Finlândia (FSE)

O projeto está orientado para o desenvolvimento de estruturas de serviços municipais e visa aproveitar o conhecimento de redes de diversos intervenientes, no sentido de reorientar o trabalho da remediação para a prevenção. As estratégias preventivas da privação de alojamento baseiam-se na experiência de especialistas e na participação dos clientes, com vista à criação de novos métodos operativos dentro desta área.

<https://www.ara.fi/en-US>

CONSTRUÇÃO DE CIDADES RESILIENTES AO CLIMA

Climate Active Neighbourhoods – Frankfurt am Main, Alemanha (INTERREG Noroeste Europeu)

Desde 2016, o projeto CAN tem reforçado a capacidade de os municípios implementarem as suas estratégias de ação climática de forma mais eficiente, por via de uma abordagem de vizinhança ao reequipamento energético. Os habitantes das áreas mais desfavorecidas estão habilitados a agir ao nível local no que concerne as questões climáticas graças à melhoria energética das suas casas, uma das principais formas de reduzir a pobreza energética e as emissões de carbono.

<https://www.climatealliance.org>



CityWalk – Dornava, Eslovénia (INTERREG Programa Transnacional do Danúbio)

Com o foco na forma mais simples de mobilidade urbana – andar a pé –, o projeto CityWalk está a oferecer conceitos e soluções inteligentes e inovadores sobre a mobilidade a pé para lidar com as necessidades dos cidadãos, enfrentar as alterações climáticas, melhorar a qualidade do ar e reduzir a poluição sonora.

<http://www.interreg-danube.eu/approved-projects/citywalk>



RANTA – Helsínquia, Finlândia (FEDER)

O projeto RANTA adotou o Pacote da Economia Circular da UE e o Plano Nacional de Resíduos da Finlândia num esforço para encontrar e testar métodos inovadores de reutilização de materiais de construção nas fases de demolição e desmantelamento. Os casos de teste envolveram edifícios públicos e foram levados a cabo com as cidades participantes e os parceiros de projeto.

<http://www.gnf.fi>



Living Labs Brussels Retrofit – Bruxelas, Bélgica (FEDER)

O projeto, financiado pelo FEDER, Living Labs Brussels Retrofit está a promover a renovação das casas em Bruxelas, na Bélgica, através da criação de espaços dedicados à experimentação e à inovação. O objetivo passa por desenvolver um volume de mercado para renovações ecológicas energéticas através do desenvolvimento do saber-fazer e da melhoria da cooperação dentro do setor da construção.

<http://wtcb.be>



R-SOL-E – Belišće, Croácia (INTERREG IPA CBC Croácia-Sérvia)

Três autoridades locais na Croácia e na Sérvia uniram forças para demonstrar que a eficiência energética pode ser alcançada pelo uso de energias renováveis. Os parceiros do projeto instalaram seis centrais de energia solar, 100 postes de iluminação pública solares e uma estação de carregamento para carros elétricos e criaram Planos de Ação para as Energias Renováveis e cursos novos.

<https://www.belisce.hr>



MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE



Orsi Academy – Melle, Bélgica (FEDER)

A Academia é conhecida por ser um centro de formação e de conhecimento sobre novas técnicas de cirurgia menos invasivas e, em particular, sobre cirurgia robótica. Graças a um ambicioso projeto de investimento em Gante, na Bélgica, a Academia criou um ecossistema único, em que médicos, cientistas, engenheiros e a indústria se uniram para demonstrar e desenvolver tecnologia médica inovadora, reforçando assim a qualidade e a segurança dos cuidados de saúde modernos.

<http://www.orsi.be>

eMEN – Diemen, Países Baixos (INTERREG Noroeste Europeu)

O atual aumento do número de doenças mentais está a criar desafios crescentes à sociedade e à economia. A saúde mental eletrónica tem um importante papel a desempenhar no combate a este problema, ainda que integrar esta tecnologia de rutura nos sistemas de saúde mental exija uma abordagem multidisciplinar e cooperação transfronteiriça.

<https://www.arq.org/en>



Cross Border Community Paramedic Project – Londonderry, Reino Unido (INTERREG Programa V-A)

Os paramédicos comunitários são profissionais de emergência médica altamente qualificados, com formação especializada que lhes permite tratar doentes nas respetivas casas e comunidades, em vez de os transportarem para serviços de urgência hospitalares muito movimentados. O projeto CAWT está a gerir pilotos em quatro áreas fronteiriças remotas/rurais na República da Irlanda, na Irlanda do Norte e na Escócia.

<http://www.cawt.com>

Oulu Sote Labs – Oulu, Finlândia (FEDER)

O projeto criou o espaço de testes e de desenvolvimento de tecnologia da saúde e de inovação nos serviços de proteção social dos Laboratórios de Saúde Oulu. Os laboratórios oferecem às empresas um espaço para desenvolverem os seus produtos enquanto possibilitam que as ideias geradas por profissionais dos cuidados de saúde e da proteção social se materializem.

<http://ppshp.fi>



EFFIC'ASTHME – Paris, França (FEDER)

O objetivo deste projeto é treinar melhor os pais das 5,5 milhões de crianças afetadas pela asma na Europa, reduzindo assim os ataques mais graves e os internamentos. A aplicação para telemóvel Effic'Asthme usa diferentes cenários de ataques de asma para ajudar os pais de crianças no pré-escolar a identificar os sintomas e a oferecer os cuidados adequados.

<http://ilumens.fr/>

Desenvolvimento regional e política de coesão pós-2020

A 29 de maio de 2018, a Comissão Europeia apresentou as propostas do pacote legislativo para o período de programação 2021-2027, incluindo o Regulamento que estabelece disposições comuns (RDC), o regulamento do Interreg, o regulamento do Mecanismo Europeu Transfronteiriço e os regulamentos específicos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), do Fundo de Coesão e do Fundo Social Europeu mais (FSE+).

O RDC apresenta um conjunto comum de regras para sete fundos de gestão partilhada – o FEDER, o Fundo de Coesão, o FSE+, o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), o Fundo para o Asilo e a Migração (FAMI), o Fundo para a Segurança Interna (FSI) e o Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos (IGFV). A existência de um regulamento único facilitará a vida aos gestores e beneficiários dos programas e facilitará também as sinergias, tanto entre os fundos como entre outros instrumentos orçamentais da UE.

As propostas para a política de coesão pós-2020 visam simplificar, modernizar e flexibilizar a política, mantendo condições claras para a sua execução e garantindo uma ligação mais operacional ao Semestre Europeu. Isto reflete-se na ênfase dada às prioridades que ajudarão a Europa a manter-se competitiva e a ajustar-se às mudanças tecnológicas e à globalização, enquanto salvaguardam uma maior margem de manobra no plano da programação.

As propostas regulamentares oferecem um menu de prioridades mais curto e moderno para construir uma Europa inteligente, verde, hipocarbónica, mais social, mais interligada e mais próxima dos cidadãos. Os atuais 11 objetivos temáticos foram reduzidos a 5 objetivos estratégicos e é agora mais simples desenvolver e executar abordagens integradas.

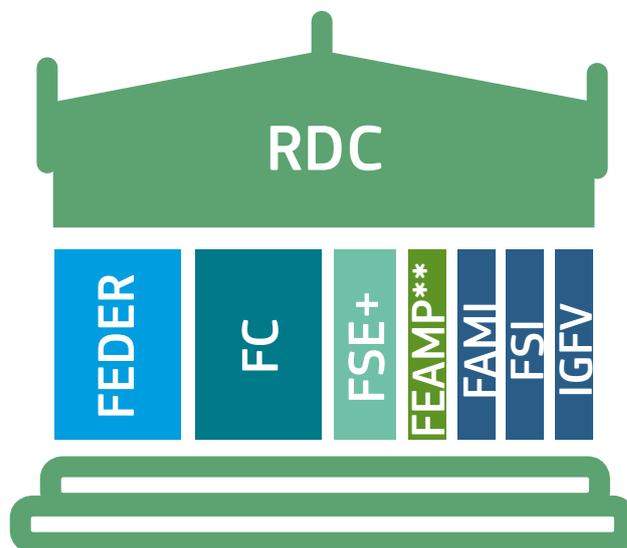
Além disso, uma série de medidas de simplificação inclui a eliminação do procedimento de designação e a introdução do princípio da auditoria única, propõe regras radicalmente mais simples para o IVA, acrescenta mais operações de custos sim-

plificados, propõe regras mais simples para os instrumentos financeiros, bem como a introdução de processos de elaboração de relatórios, de programação e de execução genericamente mais leves.

Os principais desenvolvimentos para o Interreg passam por ter todas as fronteiras externas da UE sob a alçada dos regulamentos do Interreg, em vez de, como no anterior sistema, haver diferentes regulamentos para diferentes tipos de fronteiras. Outros elementos novos são uma abordagem mais estratégica à cooperação marítima, instrumentos inter-regionais inovadores e o Mecanismo Europeu Transfronteiriço. Os programas transfronteiriços poderão agora concentrar-se mais na cooperação institucional, na resolução de problemas na fronteira e no investimento em serviços conjuntos de interesse público.

A acrescentar a isto, os compromissos com a Agenda Urbana foram reforçados, com a Iniciativa Urbana Europeia, que traz uma nova abordagem coerente às cidades por via da combinação de instrumentos num único pacote.

Comparando com o período de programação de 2014-2020, as propostas incluem «condições facilitadoras» em menor número e mais concretas, para serem cumpridas antes de os projetos serem selecionados e ao longo do programa de programação. As recomendações específicas por país também serão tidas em conta no início da programação e durante a avaliação intercalar. A concentração temática do financia-



Principais características do próximo orçamento da UE



Mais financiamento para áreas prioritárias



Um novo mecanismo para proteger o orçamento europeu de riscos financeiros no que diz respeito ao Estado de direito



Uma forte ênfase na mais-valia europeia e no desempenho



Menos burocracia para os beneficiários



Um orçamento mais flexível e ágil, com uma arquitetura mais clara e simples

mento da UE nas principais prioridades será a garantia de que a política de coesão permanece focada em matérias cruciais para a competitividade e para os ajustamentos estruturais aos desafios da globalização e às mudanças tecnológicas, ao mesmo tempo que evita a fragmentação de recursos.

Todo o processo de programação está orientado para um forte desempenho, com uma avaliação intercalar de todos os programas a ter lugar em 2024 para que as dotações relativas a 2016 e 2017 sejam usadas em função do desempenho do programa e dos desafios identificados no processo do Semestre Europeu e da situação socioeconómica. Isto garantirá que se estabelece o equilíbrio certo entre a exigida flexibilidade de um exercício de programação de nove anos e a necessária estabilidade de um quadro de investimento.

Situação atual

Na reunião de 13-14 de dezembro de 2018, o Conselho Europeu acordou em trabalhar com vista a alcançar um acordo sobre o quadro financeiro plurianual (QFP) no âmbito do Conselho Europeu do outono de 2019. Isto quer dizer que os debates com o Parlamento sobre o QFP, incluindo os aspetos das propostas setoriais relacionadas com o QFP que farão parte da versão final do pacote de negociação, só podem ter início depois disso. A experiência diz-nos que isto significa que um acordo sobre o QFP só poderá ter lugar em meados de 2020 e que as propostas setoriais só serão concluídas depois disso, a um ritmo significativamente mais lento do que o inicialmente defendido pela Comissão.

A presidência apresentou um projeto revisto do pacote de negociação em junho de 2019, incluindo, entre outros, elementos do RDC e das disposições específicas a cada fundo

sobre os quais o Conselho ainda não definiu uma posição. Estes elementos são as dotações financeiras, a condicionalidade macroeconómica, as transferências entre fundos e para outros instrumentos da União, o pré-financiamento, o cofinanciamento, as anulações de autorizações e a concentração temática para o FEDER e o FSE+.

Desde a adoção do pacote legislativo da política de coesão, em maio de 2018, os legisladores têm feito progressos consideráveis no estabelecimento das respetivas posições.

Entre meados de fevereiro e o início de abril de 2019, durante a primeira leitura, o Parlamento Europeu definiu a sua posição sobre todos os elementos do pacote legislativo da política de coesão. O Conselho avançou num primeiro momento mais lentamente, mas em junho de 2019 tinha já estabelecido uma posição sobre quase todo o pacote legislativo e aprovado um mandato de negociação parcial sobre todas as partes do RDC (à exceção dos elementos relacionados com o QFP).

Não obstante, devido à conclusão do mandato do Parlamento, só tiveram lugar três reuniões tripartidas entre os representantes do Parlamento, do Conselho e da Comissão antes das eleições europeias de maio de 2019. Apesar de não terem conseguido alcançar um acordo político, estabeleceram um grau de acordo provisório sobre vários artigos relacionados, em particular, com a programação. O processo vai recomeçar rapidamente quando se formar um novo Parlamento no outono de 2019. ■

SAIBA MAIS

https://ec.europa.eu/commission/priorities/democratic-change/future-europe/eu-budget-future_pt



Instrumentos financeiros: Que novidades nos reserva o pós-2020?

Os instrumentos financeiros, usados para cumprir os objetivos fundamentais do programa da política de coesão, têm duas características distintivas: um **aspecto rotativo e um efeito de alavanca**.

Os instrumentos financeiros podem beneficiar um largo espectro de beneficiários finais ao apoiar um conjunto de objetivos de desenvolvimento, podendo os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) alavancar contribuições públicas e privadas adicionais ou ser reutilizados em novos investimentos.

O argumento económico mais lato para os justificar passa pela necessidade de enfrentar as lacunas de financiamento e as situações de investimento insuficiente, isto é, quando projetos financeiramente viáveis não são financiados pelo setor privado ou são insuficientemente financiados. Neste sentido, os instrumentos financeiros tornam-se relevantes enquanto mecanismo de execução de políticas para atividades que geram receita e reduzem despesa, bem como para «fazer mais com menos».

Os produtos financeiros podem incluir empréstimos, garantias e capitais próprios, ou uma combinação destes, dependendo do tipo de atividade e do beneficiário final. Quando parte do investimento a ser apoiado não gera receita nem reduz a despesa, este pode ser apoiado por uma combinação de subvenções e produtos financeiros ao abrigo de um instrumento financeiro dos FEEI.

Ambições para o período de programação de 2021-2027

No período de programação de 2021-2027, em que se prevê que os recursos da política de coesão diminuam, a importância global dos instrumentos financeiros deverá aumentar. Isto tem por base o objetivo geral de gerar investimentos no terreno ao mesmo tempo que se otimiza o investimento privado com o mínimo apoio público, tendo em conta o objetivo abrangente da política de coesão: a coesão económica, social e territorial. Os instrumentos financeiros podem ser utilizados para todos os objetivos estratégicos.

Neste contexto, a ambição da Comissão Europeia deve passar por consolidar a importância destes instrumentos como forma de executar a política de coesão, bem como por expandi-los para lá do apoio às PME ou da eficiência energética. Durante o atual período de programação, surgiram já alguns exemplos promissores de instrumentos financeiros que apoiam outros setores, bem como o uso de produtos de capital que podem servir como catalisadores nos ecossistemas de inovação regionais. Como tal, há margem para se expandir a dotação destes instrumentos no próximo período.

Principais melhorias previstas

Os instrumentos financeiros serão um dos principais mecanismos de execução dos investimentos do período de 2021-2027 que gerem receita e reduzam custos. Para esse fim, as disposições relativas aos instrumentos no Regulamento Disposições Comuns (RDC), tal como proposto pela Comissão Europeia, foram simplificadas e atualizadas, para garantir uma melhor e mais simples execução e uma configuração mais rápida. De um modo geral:

- Os instrumentos financeiros serão mais bem integrados na programação e no processo de execução desde o início, e a avaliação *ex ante* será simplificada em conformidade.
- As autoridades de gestão disporão das mesmas opções básicas e flexíveis – gestão sob a responsabilidade da autoridade de gestão ou gestão direta por esta – ainda que as condições associadas tenham sido simplificadas.
- A combinação ao nível dos fundos com os instrumentos financeiros ao nível da UE será possível ao abrigo de um conjunto de regras, nomeadamente as do InvestEU, por via de uma contribuição para aquele programa.
- Propõe-se uma maior flexibilidade para a combinação de subvenções com instrumentos financeiros ao abrigo do RDC. Em particular, as reduções de capital segundo as regras do instrumento financeiro permitirão um uso mais amplo de uma combinação numa operação.
- As regras de elegibilidade foram clarificadas e as regras sobre os custos e despesas de gestão foram simplificadas, ao mesmo tempo que permanecem baseadas no desempenho para encorajar uma gestão eficiente.
- As regras sobre os pagamentos foram consideravelmente simplificadas, mantendo a ligação crucial entre pagamentos aos instrumentos financeiros e os correspondentes pagamentos aos beneficiários finais.
- A codificação dos reembolsos e da reciclagem dos fundos foi simplificada.
- Não haverá relatórios adicionais separados sobre os instrumentos financeiros, já que a questão será integrada no mesmo sistema de elaboração de relatórios comum a outras formas de financiamento.

Contribuição para o compartimento dos Estados-Membros do InvestEU

O próximo período de programação também se caracterizará pela coexistência de instrumentos financeiros de gestão partilhada e do InvestEU, com o seu compartimento para os Estados-Membros. Esta opção adicional de execução é disponibilizada aos Estados-Membros na forma de apoio reembolsável para a execução dos objetivos estratégicos dos fundos que fazem a contribuição. No sentido de alcançar os objetivos estratégicos selecionados, os Estados-Membros podem contribuir para o compartimento do Estado-Membro tanto na fase de programação como na fase de acordo de parceria/programação, ou ainda durante a fase de execução.

A principal vantagem para um Estado-Membro que contribua para o InvestEU é a possibilidade de mobilizar um grande volume de financiamento privado para o beneficiário final, ao mesmo tempo que a execução se baseia no enquadramento legal e institucional do InvestEU, estabelecido sob responsabilidade da Comissão. Além disso, não há necessidade de cofinanciamento nacional, ainda que tenha de ser criado pelo Estado-Membro um passivo contingente calibrado em função do risco.

Ao abrigo do programa InvestEU, o fundo InvestEU inclui um compartimento dos Estados-Membros para cada domínio de intervenção. Com base na proposta da Comissão, os Estados-Membros podem contribuir com até 5% dos fundos sob gestão partilhada para o compartimento do Estado-Membro para beneficiarem da garantia da UE. Isto significa que os 38 mil milhões de euros disponíveis ao abrigo do compartimento da UE são reforçados pelo orçamento do compartimento de um Estado-Membro, o que aumenta a capacidade de absorção de riscos dos parceiros de execução.

A contribuição para o compartimento do Estado-Membro, que é voluntária, daria resposta às insuficiências dos mercados e às lacunas no investimento específicas a cada país. A Comissão assina um «acordo de contribuição» – um documento pormenorizado sobre o financiamento e a execução – com o Estado-Membro em causa. As contribuições são geograficamente circunscritas a nível nacional ou regional para cada domínio de intervenção. Com esta contribuição voluntária, os Estados-Membros podem beneficiar da garantia da UE e da sua elevada notação de risco, o que torna mais eficazes os investimentos nacionais e regionais ao mesmo tempo que reduz a burocracia. ■

SAIBA MAIS

<https://europa.eu/!uR88Bu>



Dinamarca: investir num futuro inovador

O terreno plano, a proximidade à água, os solos ricos e o clima ocasionalmente severo moldaram a história e a cultura da Dinamarca. Hoje, o elevado nível de vida, o desenvolvimento socioeconómico, a educação e as competências profissionais, a conciliação das vidas profissional e familiar, as condições de saúde e os padrões ambientais fazem desta uma das sociedades mais pacíficas e felizes do mundo.

Oficialmente designado como o Reino da Dinamarca, este é o país mais a sul da Escandinávia e é constituído por uma península, a Jutlândia, e um arquipélago de 443 ilhas, 74 das quais estão habitadas. O país inclui também as Ilhas Faroé e a Gronelândia, dois territórios autónomos no oceano Atlântico Norte, com os seus próprios governos e parlamentos.

Muitas das maiores ilhas estão ligadas por pontes, incluindo a famosa ponte Øresund, que liga a maior ilha, a Zelândia, à Suécia, enquanto os *ferries* e os pequenos aviões servem as ilhas mais pequenas. Num país nórdico com menos de 6 milhões de pessoas, há quatro cidades com uma população de mais de 100 000 pessoas, incluindo a capital, Copenhaga. A Dinamarca partilha uma pequena fronteira com a Alemanha a sul e está rodeada por uma linha de costa que se estende por 8 750 quilómetros.

As principais indústrias são as: farmacêutica, das turbinas eólicas, do equipamento médico, dos equipamentos de transporte e maquinaria, do processamento de comida e da construção.

A economia está em alta, com o consumo privado e o investimento a impulsionarem o crescimento. Estima-se que o crescimento real do PIB se situe nos 0,8% em 2018 e espera-se que atinja os 1,6% em 2019 e os 1,3% em 2020.

O mercado de trabalho e as pensões de reforma ajudaram a alcançar números historicamente altos no que concerne à população ativa. No entanto, há falta de trabalhadores qualificados e o governo está atrasado no que diz respeito aos objetivos para 2025 de estimular a produtividade e a oferta de mão-de-obra.

É preciso que a oferta e a procura na área das competências digitais sejam mais consentâneas, o que requer investimento no desenvolvimento de competências na especialização inteligente, na transição industrial e no empreendedorismo, em conjunto com as ações de formação contínua. Além disso, o aumento no número de graduados nas áreas da formação profissional e dos programas de estágio é crucial para garantir uma oferta suficiente de trabalhadores qualificados.

A Dinamarca permanece um dos países da UE que gastam mais com a educação em percentagem do PIB. Não obstante, a taxa de abandono escolar subiu para os 8,8% em 2017, com a taxa relativa aos rapazes a ser o dobro da das raparigas, o que cria um dos maiores fossos entre géneros na UE. Há medidas recentes que visam melhorar a qualidade da educação e dos cuidados no pré-escolar, num esforço para reduzir a taxa de abandono e o fosso entre géneros.

< Tietgenkollegiet e a Universidade de Tecnologias da Informação em Copenhaga

De boa saúde

O sistema de saúde dinamarquês funciona bem, ainda que a falta de clínicos gerais seja um fator de preocupação. Existe uma nova proposta para estimular esses números, ao mesmo tempo que se melhora o acesso dos doentes aos cuidados primários e se promovem atividades saudáveis.

O país é pioneiro na utilização da saúde eletrónica e dispõe de sistemas informáticos bem desenvolvidos nos hospitais e consultórios, e existe uma boa comunicação entre os setores da saúde. A nova estratégia de saúde digital 2018-2022 concentra-se na digitalização e no uso de dados da saúde para a prevenção e os cuidados, ao mesmo tempo que complementa a estratégia para a autonomia assistida 2013-2020.

A pobreza e a desigualdade salarial permanecem baixas e a Dinamarca regista progressos no que diz respeito aos 10 objetivos de mobilidade social definidos em 2016. Em 2018, houve uma proposta para aumentar os números do emprego entre as pessoas portadoras de deficiência. Recentemente, foram apresentadas iniciativas estratégicas para desencorajar novos migrantes de entrarem no país, mas também para melhorar a integração dos que já lá se encontram.

Ainda que a economia dinamarquesa seja uma das mais eficientes do ponto de vista energético na UE, uma parte significativa da transição para uma sociedade hipocarbónica até 2050 terá de ter lugar antes de 2030. Num país particularmente suscetível a fenómenos relacionados com o clima, o investimento em emissões baixas e o controlo do risco de danos com origem no clima são cruciais.

Em resposta às crescentes preocupações sobre o congestionamento na rede rodoviária de alta qualidade do país, há planos em marcha para eletrificar a rede ferroviária nacional. As bicicletas transformaram-se também num meio de transporte preferencial, particularmente nas grandes cidades, que oferecem extensas redes de ciclovias.

O país também assegura as suas redes de banda larga fixa e de acesso da próxima geração de elevada cobertura e tem planos para promover o acesso fora das zonas urbanas, por via do reforço da qualidade da rede nas zonas rurais. Os primeiros resultados das iniciativas incluídas na Estratégia Digital para 2016-2020 reforçam a liderança global dinamarquesa na digitalização dos serviços públicos.

Cada vez mais inteligente

Em geral, a Dinamarca é um líder na inovação, ainda que o investimento em I&D se concentre crescentemente num número pequeno de grandes empresas. Com o emprego em empresas em rápido crescimento a ficar abaixo da média europeia, já foram identificados investimentos com o objetivo de promover o crescimento das PME e da competitividade e para aumentar a eficiência do sistema de I&D.

A partir de janeiro de 2019, deu-se uma mudança significativa na execução dos Fundos Europeus de Desenvolvimento Regional. Uma nova Comissão Executiva para o Desenvolvimento Empresarial e para o Crescimento da Dinamarca coordenará o apoio descentralizado às empresas, incluindo todas as dotações da política de coesão para 2021-2027, 643 milhões de euros, ao abrigo do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu.

Para o atual período de programação, a estratégia do FEDER é focar-se no desenvolvimento empresarial, com a inovação, o apoio aos negócios e a eficiência energética e de recursos direcionados para a competitividade empresarial para explorar o seu potencial de crescimento.

Até à data, a Dinamarca beneficiou de 882 milhões de euros de financiamento do Banco Europeu de Investimento, o que se estima que resulte em 5,1 mil milhões de euros em investimento total. Os FEEI têm também sido fundamentais na melhoria do acesso ao financiamento pelas PME.

Além disso, o Plano Juncker tem apoiado os promotores de projetos e os investidores através de iniciativas como a plataforma europeia de aconselhamento ao investimento, que facultava aconselhamento à medida para a preparação e desenvolvimento de projetos de investimento na UE, e o portal europeu de projetos de investimento, que oferece um serviço de mediação entre projetos de qualidade na UE e potenciais investidores em todo o mundo.



A reforma que simplifica e reorienta o sistema de promoção empresarial da Dinamarca

Depois de muitos preparativos, a Dinamarca lançou uma reforma do sistema de promoção empresarial no princípio deste ano, uma parte significativa do qual é composta pelo apoio dos fundos estruturais da UE. O subdiretor-geral Sigmund Lubanski, da Autoridade Empresarial dinamarquesa, fala com a *Panorama* sobre as reformas.



Um elemento central do novo sistema de promoção empresarial é um conselho de administração de composição alargada, a Comissão Executiva para o Desenvolvimento Empresarial e para o Crescimento, responsável por pôr em prática um esforço centrado na procura, coeso e localmente ancorado, orientado para o crescimento e a ação em todo o país, e que se concentre nas necessidades das empresas.

O objetivo é satisfazer o forte desejo do comércio e da indústria por um sistema de promoção empresarial mais coerente, eficaz e orientado para a procura. O anterior sistema tinha-se tornado confuso, com iniciativas que se sobrepunham e ramificações, e era demasiado difícil para as empresas orientarem-se, ao passo que a qualidade dos serviços variava.

Como parte do processo de simplificação, criou-se uma nova Comissão Executiva Empresarial. A Comissão Executiva para o Desenvolvimento Empresarial e para o Crescimento da Dinamarca assumiu as competências dos antigos fóruns regionais de crescimento, definindo de que forma os fundos regionais e sociais da UE são utilizados.

Quais são as responsabilidades da Comissão Executiva?

A Comissão Executiva tem por função reforçar o desenvolvimento do comércio e da indústria dinamarqueses por via do apoio a uma promoção empresarial coerente, orientada para a procura e ancorada localmente, e por uma iniciativa no domínio do turismo transversais a toda a Dinamarca. A Comissão foi criada com o forte apoio das empresas, dos municípios e de intervenientes no mercado de trabalho, e existe um enorme empenho em realizar um esforço de descentralização para promover as empresas e apostar no crescimento e no emprego em todo o país.

Que mudanças estruturais introduziu o novo sistema dinamarquês?

Concentrámo-nos num conjunto de domínios fundamentais para criar um esforço de promoção empresarial bem orientado e preparado para o futuro. Entre os pontos fundamentais: primeiro, queremos serviços empresariais com mais qualidade e melhor acessibilidade. Nesse sentido, estabeleceram-se polos empresariais intermunicipais, ao mesmo tempo que se

criou uma plataforma de promoção empresarial digital, a virksomhedsguiden.dk, que disponibiliza informação sobre como lançar e gerir um negócio.

Segundo, estamos a criar um ambiente mais coeso com a promoção empresarial descentralizada. Assim, a Comissão Executiva assumiu a responsabilidade pelos fundos de promoção empresarial que pertencia aos fóruns de crescimento regional, ao mesmo tempo que se desenhou uma estratégia coerente para garantir que evitamos sobreposições.

A estratégia foi desenvolvida com contributos dos domínios da comércio e da indústria, das empresas, dos novos polos empresariais e de outras partes interessadas nos planos local e regional. Parte da aposta passa por um esforço, comandado pela Comissão Executiva, de consolidação de polos empresariais e turísticos, com vista à criação de menos unidades mais fortes.

Do mesmo modo, há uma clara divisão de tarefas entre o plano municipal e os polos empresariais intermunicipais, por um lado, e os planos altamente especializados do governo por outro.

O terceiro ponto fundamental visa a simplificação da promoção empresarial do governo. Reforçámos a aposta no empreendedorismo baseado no conhecimento e simplificámos o sistema, por forma a que haja apenas um ponto de acesso a empréstimos e fundos de investimento no Fundo de Crescimento, e um para financiamento de subvenções para a inovação, desenvolvimento e demonstração no Fundo de Inovação.

De que forma a Dinamarca usa os fundos estruturais? Que princípios gerais regem o trabalho da Comissão Executiva? o que é importante e qual é o foco?

As empresas dinamarquesas estão bem de saúde. A Dinamarca é um dos países mais produtivos do mundo, e o progresso económico tem gerado um aumento do emprego em todo o país. A maior produtividade tem sido historicamente o principal motor do crescimento, ainda que o crescimento da produtividade tenha sido baixo nos últimos 20 anos. Como tal, a produtividade tem de ser reforçada por via do aumento do nível de competências da mão de obra, de uma utilização mais eficaz dos recursos existentes, bem como do progresso tecnológico e da inovação.

Há cinco princípios básicos no atual plano de execução da Comissão Executiva para o Desenvolvimento Empresarial e para o Crescimento da Dinamarca:

- Definir as necessidades das empresas como centrais
- Estabelecer uma coesão que abranja todas as atividades
- Aumentar a produtividade e criar boas oportunidades em todo o país
- Fazer com que a aposta seja amiga do utilizador e transparente
- Garantir que o trabalho é digital e orientado para a transmissão de dados.

Os quatro primeiros princípios têm origem na lei sobre a promoção empresarial, ao passo que o quinto foi acrescentado pela

Comissão Executiva. Os membros da Comissão escolheram também seis prioridades relativas à promoção empresarial descentralizada: Digitalização e automação; mão de obra qualificada e inclusão social; conversão ecológica e economia circular; empreendedorismo; internacionalização; e inovação.

Esta abordagem está em linha com as metas dos programas dos fundos estruturais da UE. Os domínios de investimento do FEDER para este período de programação incluem um reforço da inovação nas PME, mais empresas em fase de crescimento, e PME eficientes no que diz respeito à energia e aos recursos. Na área abrangida pelo FSE, os domínios de investimento são o empreendedorismo e a criação de emprego, a inclusão social, a formação empresarial e a formação contínua.

Na Dinamarca, a aposta na promoção empresarial é centrada na procura. Isto é importante porque; o que significa na prática, e que vantagens tem para as empresas?

A Comissão Executiva para o Desenvolvimento Empresarial e para o Crescimento da Dinamarca convidou todas as partes interessadas a que se pronunciassem, no âmbito da preparação de uma nova estratégia – primeiro, por via de um conjunto de *workshops* por todo o país, e mais recentemente numa conferência sobre estratégia com 300 participantes. Ao mesmo tempo, decorre um diálogo ambicioso com os polos e as organizações empresariais e com outras partes interessadas que valorizam as necessidades das empresas no que toca ao investimento e a iniciativas, oferecido pela Comissão Executiva descentralizada.

Estamos também a medir o efeito dos nossos esforços – tanto a curto como a longo prazo. Não só levamos a cabo avaliações regulares de centenas de projetos financiados pelos fundos estruturais durante seu período de vigência,

como também fazemos avaliações vários anos depois do fim dos projetos, quando os resultados importantes e duradouros são geralmente visíveis. Usamos métodos de medição avançados para comparar os desenvolvimentos nas empresas participantes com os de um grupo de controlo que não participou em projetos financiados pelos fundos estruturais.

De que forma funcionou a combinação de esforços abrangentes e nacionais com o desejo de manter um olho nos pontos fortes e nas diferenças regionais e locais?

Fizemos importantes progressos na definição das necessidades das empresas, e já consigo detetar uma muito boa cooperação local e empresarial em torno da reforma.

As empresas têm diferentes necessidades e enfrentam diferentes desafios, alguns dos quais são definidos e afetados por fatores locais – e os recursos para satisfazer estas necessidades também variam em diferentes partes do país. Como tal, centramo-nos nos pontos fortes locais, na cultura, nas competências e nas estruturas empresariais que ajudam a definir as necessidades e os desejos das empresas.

Essa não é a única razão pela qual procuramos parcerias nacionais – as apostas nacionais andam de mãos dadas com o enraizamento local e regional. Especificamente, os candidatos devem demonstrar em que medida terão em consideração as condições locais no momento de se candidatarem a uma iniciativa de âmbito nacional.

É exatamente esta relação entre iniciativas nacionais e as raízes locais que é importante no momento de execução dos projetos.



Dinamarca

O Reino da Dinamarca ocupa cerca de 43000 km quadrados, o que inclui a península da Jutlândia, um arquipélago de 443 ilhas e dois territórios autónomos no oceano Atlântico Norte, as Ilhas Faroé e a Gronelândia. Partilha com a Alemanha uma fronteira de 68 km e tem 8750 km de costa.

População

5 806 081 a 1 de janeiro de 2019, tem aumentado em anos recentes com mais nascimentos do que óbitos e mais imigração do que emigração.

Mercado de trabalho

Nos últimos 30 anos, a taxa de desemprego tem sido geralmente mais alta entre as mulheres. O índice relativo ao emprego atingiu os 76,9% em 2017, acima da média europeia de 72,1%. Em 2018, a taxa de desemprego dos homens era de 5% e a das mulheres de 5,2%. O desemprego jovem (15-24 anos) atingiu os 11% em 2017, o 7.º mais baixo da UE.

O nível de escolaridade geral da população tem aumentado significativamente, subindo de 19% para os habitantes entre os 25-64 anos em 1991 para quase 39% em 2017. A educação e os cuidados pré-escolares abrangem 98,1% das crianças a partir dos 4 anos.

Economia

O PIB cresceu 1,2% em 2018 (ajustado à evolução dos preços). Esta é a mais baixa taxa de crescimento desde 2013, impulsionada em parte pelo consumo privado e por um aumento do investimento. Em 2018, o PIB per capita situava-se nas 382 mil coroas dinamarquesas (DKK) com o crescimento real do PIB per capita a ser de 0,7%. O crescimento económico tem estado estagnado desde 2000, quando comparado com a média de crescimento na UE: durante este período a economia cresceu 22%, enquanto a média da UE foi de cerca de 30%. A proteção social é a maior fatia do bolo da despesa pública, rondando os 44% em 2017, ao passo que os cuidados de saúde ascenderam aos 16% em 2017.

Comércio

Desde 1987 que o total das exportações dinamarquesas excede o total das importações, resultando num excedente comercial na balança dos bens e serviços ao longo deste período. Desde 2008, os desenvolvimentos no domínio das importações e exportações de bens e serviços resultaram em grandes excedentes, que atingiram as 119 mil milhões de coroas dinamarquesas relativas ao comércio externo em 2018. Os produtos farmacêuticos, os componentes para moinhos de vento, o petróleo, as martas, as peles e a comida estão entre os maiores grupos comerciais de bens para exportação, enquanto os produtos farmacêuticos, o petróleo, os carros e a eletrónica são os maiores setores de importação.

Outros setores fundamentais

A agricultura dinamarquesa tem sofrido alterações estruturais significativas nas últimas décadas e tem atualmente muito menos e maiores explorações agrícolas. A produção de porco é a atividade económica mais significativa e altamente especializada no domínio agrícola, e a produção leiteira é a segunda maior atividade económica, com a agricultura biológica a ser responsável por 12% de todo o leite distribuído às fábricas de laticínios. Entre 2000 e 2008, o emprego no setor manufatureiro caiu 27%, ainda que a rotatividade no setor, com a exceção da indústria de extração de minérios, tenha aumentado 66%. Em 2018, a faturação relativa ao fabrico de produtos farmacêuticos foi três vezes maior do que em 2000. Em 2002, a Dinamarca aderiu aos objetivos da UE, que passavam por alocar um investimento de pelo menos 3% do PIB à I&D. No setor público, as universidades foram responsáveis por 71% da I&D. A banda larga fixa e as redes de acesso de nova geração estão disponíveis em 95% dos lares; cerca de 71% da população tem pelo menos competências básicas no domínio digital, bem acima da média europeia de 57%.



Aprender a estar pronto para um futuro mais promissor

Um projeto de quatro anos, com um financiamento de 865 000 euros do Fundo Social Europeu, definiu o objetivo de preparar os jovens para a formação e as competências necessárias no mercado de trabalho. A iniciativa «o colégio como atalho para a educação», que teve lugar em Vrå Folkehøjskole, no norte da Jutlândia, desenvolveu um curso com uma especial ênfase na motivação e na clarificação pessoal, com vista a apoiar os jovens que precisam de ajuda no sistema educativo. O projeto também se focou no emprego, numa região em que há falta de trabalhadores qualificados nos setores da construção e da saúde.



O grupo-alvo eram jovens entre os 17 e os 29 que tivessem experimentado desafios na escolaridade regular e a quem faltassem conhecimentos e ambição. Muitos deles tinham sido diagnosticados com ansiedade social, depressão, autismo, TDAH e Asperger, e alguns eram antigos toxicod dependentes. Com a educação primária a constituir o seu grau de escolaridade, não recebiam qualquer apoio público nem estavam abrangidos pela Lei do Serviço Municipal nem pela Lei do Emprego.

Ao longo do projeto, 158 participantes completaram o curso e 110 começaram ou completaram um curso de formação desde a conclusão do projeto. Outros oito participantes também encontraram emprego.

SAIBA MAIS:

<https://vraahojskole.dk/>

Construir a economia circular

Um projeto apoiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional centra-se na transição ecológica e na economia circular através da colaboração e do desenho da cadeia de valor para garantir o uso otimizado dos recursos.

Durante o ciclo de projeto de três anos, 37 empresas adquiriram conhecimento sobre a economia circular e foram apoiadas no desenvolvimento de novos modelos de negócio ecológicos e na otimização da cadeia de valor.

Uma das empresas participantes é a Komproment ApS, em Aalborg, que vende materiais de construção e desenvolve sistemas para tetos e fachadas para o mercado dinamarquês e para exportar. Com uma contribuição de 502 mil euros do FEDER, o projeto ajudou a empresa a elaborar um modelo de negócio ecológico concreto e exequível, que tem recebido significativamente mais atenção e encomendas de engenheiros, arquitetos e da indústria da construção em geral.

Em 2018, a Komproment recebeu o prestigiado prémio para as melhores PME europeias e o prémio para a construção ambiental.

SAIBA MAIS:

<https://www.komproment.dk/home>





Um modelo para a eficiência energética e de recursos

O FEDER contribuiu com 1,78 milhões de euros para o projeto «Resultados Sustentáveis» (Bæredygtig Bundlinje) na região da Grande Copenhaga-Capital, com vista a melhorar a eficiência energética e de recursos das empresas. A longo prazo, o projeto tem contribuído para a transição ecológica da Dinamarca e para melhorar a competitividade das empresas, que se cria poupando na despesa ou através de um desenvolvimento de negócio determinado, baseado nos «princípios verdes».

O projeto partia do princípio de que as PME não valorizam o potencial das melhorias na eficiência energética e de recursos, ainda que muitas saibam que deviam explorar essas oportunidades.

Ao longo da iniciativa, que terminou em abril de 2019, 101 empresas desenvolveram modelos de negócio ecológicos, que resultaram num consumo muito mais baixo de energia e de materiais, bem como em emissões de CO₂ inferiores.

Trabalhando tanto sobre os efeitos a curto como a longo prazo, o projeto foi bem-sucedido na tentativa de consciencialização pelas empresas de que os consumidores vão exigir mais sustentabilidade aos seus fornecedores no futuro. O projeto teve tanto sucesso e a procura foi tão grande que a experiência assenta agora numa nova iniciativa, a «Resultados Sustentáveis 2.0». Esta está a ser executada pela Gate 21, uma parceria entre regiões, municípios, empresas e instituições de conhecimento na Grande Copenhaga, que trabalha para acelerar a mudança ecológica e o crescimento.

SAIBA MAIS:

<https://bit.ly/3OT30So>

Trabalhar na inclusão social

O projeto de inclusão social e emprego do centro da Jutlândia, «Contudo Espaçoso» (Rummelig Imidt), está a testar e a desenvolver novos métodos de criação de emprego para pessoas no limite ou fora do mercado de trabalho, garantindo assim uma oferta importante de trabalho na região.

O projeto envolve os municípios, os parceiros sociais e as empresas na inclusão social por via de uma perspetiva orientada para o emprego. Ao combinar competências, recursos e conhecimento de vários setores, foi possível criar ofertas de trabalho para o grupo-alvo.

O projeto envolve também atividades orientadas para a sociedade civil, redes de empresas, empresas da economia social e conselheiros. Dentro destes domínios, deu-se início a 14 atividades que visam desenvolver novas iniciativas para diferentes grupos-alvo.

O Fundo Social Europeu disponibilizou mais de 3 691 milhões de euros para o projeto, que estabeleceu 9 redes de empresas com mais de 100 firmas para criar um mercado de trabalho mais inclusivo. Além disso, o projeto lançou um plano de economia social que oferece conhecimento e inspiração, em particular em prol dos municípios. Por último, o projeto tem trabalhado com os conselheiros para a economia social da região sobre o desenvolvimento de competências.

Em julho de 2019, esperavam-se 800 participantes durante a fase de projeto; 520 já avançaram no processo até este momento e 269 participantes já completaram o processo. Destes, 89 encontraram emprego posteriormente e 6 trabalham em empresas da economia social. ■

SAIBA MAIS:

<https://www.rummeligimidt.dk/>





Reforçar a especialização inteligente em Portugal

Durante 2019 e 2020, os Estados-Membro atualizarão as respetivas Estratégias de Especialização Inteligente como parte das negociações para os programas operacionais do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional pós-2020. Com isto em mente, John Edwards, do Centro Comum de Investigação, explica de que forma Portugal reflete a execução da S3 e as melhorias na sua estratégia.

No ano passado, por esta altura, a região Centro de Portugal celebrava mais um prémio REGIOSTARS. O Centro de Negócios e Serviços Partilhados do Fundão, no extremo do parque nacional da Serra da Estrela, tem ajudado a dinamizar a zona. O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional tem financiado, em edifícios anteriormente devolutos disponibilizados pelo município, investigação partilhada e instalações para o pessoal, espaço partilhado para escritórios, uma incubadora de empresas, um FabLab digital e um centro de formação, entre outras iniciativas estimulantes. O Centro alberga atualmente 14 empresas, incluindo quatro multinacionais, criando mais de 500 postos de trabalho qualificado.

No entanto, a orientação deste projeto premiado para as tecnologias de informação e de comunicação não é um acidente.

É uma das prioridades da Estratégia de Especialização Inteligente (S3) da região Centro. Além disso, alguns dos subprojectos relacionados estão associados a outras prioridades da S3, como a silvicultura, o turismo e a saúde.

Desenvolver novas ideias e projetos transversais é o objetivo comum às quatro plataformas de inovação da região, criadas em 2015. Esta «descoberta empreendedora» é a pedra angular da especialização inteligente e em Portugal é uma realidade porque as regiões foram proativas e criaram parcerias com os empreendedores.

Revitalizar as estratégias

Não é só o Fundão que demonstra o que pode ser alcançado através de uma abordagem estratégica. Por exemplo, foi durante uma sessão de um grupo de trabalho sobre a prioridade das energias renováveis no Algarve que nasceu o projeto Culatra 2030. Com o objetivo de desenvolver um sistema descentralizado de produção de energia, este projeto foi recentemente selecionado como piloto pela iniciativa «Energia Limpa para as Ilhas da UE».

Outro exemplo é a Madeira, onde a S3 está a tentar criar novas oportunidades dentro da atual indústria dominante, o turismo. Estas incluem um projeto sobre o desenho da cozinha industrial do futuro, que envolve a universidade da ilha e uma cadeia de hotéis internacional com base na Madeira.

« *A especialização inteligente deu às regiões portuguesas a oportunidade de desenvolverem e subsequentemente melhorarem as suas estratégias de inovação.* »

Descobrir e partilhar a S3

A especialização inteligente deu às regiões portuguesas a oportunidade de desenvolverem e subsequentemente melhorarem as suas estratégias de inovação. Este tem sido um importante processo de aprendizagem, já que Portugal nunca beneficiara de uma estratégia regional e formal de inovação. Foi por esta razão que as sete regiões portuguesas se reuniram em Faro, em maio de 2019. Com o Algarve como anfitrião, o *workshop* participativo permitiu às pessoas que gerem a S3 partilhar experiências, ideias e planos, bem como examinar as propostas da Comissão Europeia sobre a especialização inteligente pós-2020.

No dia seguinte, os resultados do *workshop* foram partilhados com representantes do governo português e com uma plateia internacional. Os participantes gostaram de ouvir as opiniões dos seus homólogos espanhóis sobre a cooperação transfronteiriça e a posição da agência italiana para a coesão sobre a monitorização da S3.

Em Faro, o Professor Dominique Foray, que fez muito pelo desenvolvimento e disseminação do conceito da especialização inteligente, partilhou as suas ideias sobre como esta pode ser melhorada. Acima de tudo, as regiões necessitam de um processo de descoberta contínuo, uma vez estabelecidas as prioridades, em vez de apenas antes, sendo que o objetivo é criar uma massa crítica de projetos associados.

Todos os presentes acolheram com satisfação a ênfase na governação da S3 presente nos regulamentos propostos. Das discussões acesas e das apresentações entusiasmantes resulta claro o grande potencial de inovação das regiões portuguesas. Reforçar as estruturas de governação

e as oportunidades para os empreendedores, investigadores e muitos outros que têm um interesse no sítio onde vivem é a melhor forma de cumprir esta promessa. ■

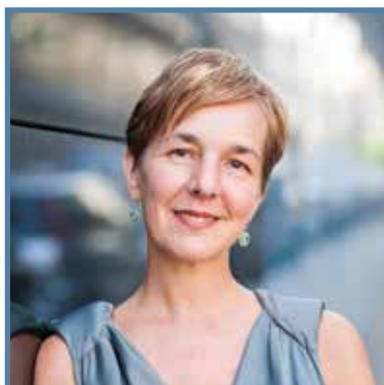


Gestores da RIS3 das sete regiões portuguesas, do norte dos Países Baixos e da Macedónia oriental e Trácia (Grécia), com especialistas dos projetos do JCR sobre Apoio Orientado para a Execução da RIS3.



Traçar um rumo para o futuro da Europa urbana

Hoje o poder decisivo das cidades é mais evidente do que nunca. É claro que o futuro da Europa depende de como esta se relacionar com as suas cidades, diz Anna Lisa Boni, Secretária-Geral da EUROCITIES.



Porque importa a Agenda Urbana?

A Declaração de Bucareste admite a importância crescente das áreas urbanas como o plano de governação mais próximo dos cidadãos. Os ministros também reconhecem a necessidade de capitalizar a informação recolhida pelas e sobre as cidades, por exemplo, por parcerias da Agenda Urbana, enfatizando a dimensão urbana na política da UE e mantendo presente outras «agendas»,

como a nova Carta de Leipzig.

Os nossos esforços de promoção de sociedades igualitárias e inclusivas, com acesso a empregos de qualidade para todos, são fundamentais para uma Europa em que ninguém é deixado para trás. A nossa capacidade de gerir a transformação digital e otimizar o uso das novas tecnologias é vital para uma Europa mais inclusiva, eficiente e justa. A nossa capacidade de enfrentar as alterações climáticas é crítica para que os compromissos internacionais se tornem realidade. E, sobretudo, o nosso envolvimento continuado com os cidadãos é a oportunidade de colmatar o fosso entre quem toma as decisões na UE e o público.

Três anos depois da criação da Agenda Urbana para a UE, que constituiu um marco para a Europa e para as cidades, e no seguimento da recente Declaração de Bucareste pelos ministros responsáveis pelos assuntos urbanos, que avaliou a situação atual da Agenda Urbana, é chegado o momento de olhar para o futuro da cooperação entre a UE e o espaço urbano.

A estratégia de parceria, que está implantada no funcionamento da Agenda Urbana, criou um enquadramento para a cocriação de soluções que implicam uma multiplicidade de níveis de governo e de partes interessadas, que não seria possível de outra forma. A EUROCITIES participa ativamente em todas as parcerias, trazendo conhecimento sobre o desenvolvimento urbano a partir de uma perspetiva à escala europeia, bem como sobre os desafios relacionados com as regras e os instrumentos financeiros da UE. Até à data, estas parcerias têm gerado resultados notáveis, incluindo:

- A recomendação sobre o acesso direto a financiamento da UE pelas cidades, com vista à integração de migrantes e de refugiados, para melhor fazer corresponder os recursos alocados às responsabilidades locais;

- Os indicadores circulares das cidades, que acompanham a transição e reforçam a execução de roteiros desenvolvidos localmente;
- Um acelerador de inovação para as soluções digitais, que impulse a cocriação e replicação em cidades de toda a Europa.

Em qualquer futura iteração da Agenda Urbana, será fundamental garantir que estes resultados e recomendações são adotados desde o início.

Está provado que as avaliações de impacto urbano são uma outra forma eficaz de os especialistas em cidades contribuírem para o processo de decisão político da UE. Estas oferecem às cidades um canal direto de sinalização de potenciais problemas sobre o desenvolvimento das políticas aos decisores europeus. Como tal, reconhecem o papel das cidades enquanto implementadoras de uma vasta gama de legislação europeia e a importância de as incluir nos procedimentos de governação. Esta abordagem inovadora à colaboração no domínio da estratégia, transversal a vários níveis de governação, deverá ajudar a alcançar melhores resultados no momento de construir uma perspetiva global europeia.

A EUROCITIES é a plataforma política das maiores cidades europeias. Criamos redes entre os governos locais de mais de 140 das maiores cidades da Europa e mais de 40 cidades parceiras que, entre si, governam 130 milhões de cidadãos em 39 países.

Cidades robustas

Ainda que os desenvolvimentos na UE relativos à Agenda Urbana tenham sido sobretudo positivos, ainda há margem de manobra para ajustes e melhorias de certos aspetos da política. Um bom ponto de partida seria reforçar o impacto das parcerias e o envolvimento nas mesmas. Embora o compromisso da DG Regio em relação às parcerias deva ser plenamente reconhecido, as outras direções-gerais precisam de se tornarem igualmente ativas, especialmente quando uma parceria está associada ao foco temático de uma direção-geral. De um modo mais geral, faria sentido existirem acordos que incluíssem toda a Comissão relativos ao papel dos seus representantes em cada parceria.

O sucesso futuro da cooperação urbana na UE beneficiaria ainda mais se o Secretariado-Geral assumisse o papel de supervisor do empenho da Comissão na Agenda. Ficaria assim mais bem refletida a abordagem transetorial ao processo decisório adotada pelos gestores municipais.

Queremos uma liderança mais robusta sobre política urbana à escala europeia. Foi por isso que propusemos a nomeação de um vice-presidente da Comissão responsável pelos assuntos urbanos, que garantisse um diálogo contínuo com os gestores municipais, uma orientação estratégica e uma coordenação mais forte entre as políticas da UE para as cidades.

Uma cimeira anual sobre a liderança urbana na UE, que reunisse decisores políticos europeus, nacionais e municipais na definição de uma agenda, responsabilidades e ações comuns, ajudaria a divulgar as questões urbanas, com base nas cimeiras informais do Conselho, tal como definidas pelo Pacto de Amsterdão (como, por exemplo, a que resultou na Declaração de Bucareste).

O século das cidades

Como os desafios europeus e locais estão estreitamente relacionados, a dimensão local e «urbana» deveria ser bem compreendida e refletida nos processos de tomada de decisões da UE. Usar as ferramentas da Agenda Urbana para envolver as cidades na procura de soluções para desafios comuns ajudará a criar uma UE mais forte, sobretudo se os resultados forem incluídos na definição de políticas de longo prazo.

Precisamos de reforçar a apropriação e dinamização da Agenda Urbana, precisamos de que os «assuntos urbanos» sejam incluídos no grupo de políticas prioritárias, ao qual devem pertencer. Isto significa garantir que a Agenda se continua a desenvolver no sentido de um quadro estratégico coerente, em conjunto com o desenvolvimento de uma nova Carta de Leipzig que apoie o papel das cidades na UE.

As cidades acolhem a maioria dos cidadãos europeus, por isso temos de assegurar que o «urbano» tem um lugar nos processos de tomada de decisão a todos os níveis. Não devemos desperdiçar as importantes lições destas incursões pela governação a diferentes níveis, mas sim garantir que não nos esquecemos da principal razão de qualquer processo de definição de políticas. Trabalhar com as cidades significa trabalhar com as pessoas. ■

SAIBA MAIS

www.eurocities.eu

PROGRAMA MEDIÁTICO YOUTH4REGIONS

O programa mediático Youth4Regions apoia o desenvolvimento da próxima geração de jornalistas especializados em política regional. Encoraja estes jovens europeus a comunicarem sobre projetos financiados pela UE.

Deixamos aqui mais dois artigos apresentados por jovens jornalistas que participaram na competição de blogues YOUTH4REGIONS.



Milão está a germinar

Frascesca está atualmente a estudar para um bacharelato em Economia e Ciências Sociais na Universidade de Bocconi, em Itália, onde, graças à sua experiência num jornal local durante o primeiro ano, se está agora a especializar em jornalismo económico e de investigação.



Menos de meio século antes do nascimento de Cristo, o poeta romano Virgílio expressou a sua dor pela perda dos seus campos através das palavras melancólicas de Melibeu, um velho conterrâneo forçado ao exílio na cidade de Roma. Nessa altura, a agricultura era a principal fonte de rendimento das pessoas da Europa e da Ásia, que viviam na sua maioria no campo, enquanto as áreas metropolitanas eram o lugar de eleição para os intelectuais e as figuras políticas.

Desde então, a situação mudou radicalmente, os trabalhadores ganharam competências industriais e encheram os centros urbanos, enquanto os terrenos cultivados se confinaram a áreas onde a agricultura é praticada

em grande escala. Entre estes dois extremos, surgiu uma tipologia de área estéril e pouco ativa, as chamadas áreas periurbanas, em que as características urbanas e agrícolas se misturam, por vezes com resultados infelizes.

Esta solução acabará num beco sem saída: há uma nova consciência ambiental a assumir preponderância, que reclama produtos baratos e produzidos na zona, o que, num mundo em que o campo está muito longe das zonas metropolitanas, não é fácil de encontrar. Além disso, às zonas municipais falta a homogeneidade do capital humano: a percentagem de NEET aumentou drasticamente em anos recentes, a integração de migrantes nas cidades ainda decorre, e muitos países europeus, como a Itália, estão a enfrentar uma fuga de cérebros entre os investigadores de topo.

E se concluirmos que a formação de áreas periurbanas é a solução para as duas situações? Os poemas de Virgílio deviam ecoar nos tempos modernos – as zonas metropolitanas de grande movimento seriam convidadas a recuar e a lembrar os tempos bucólicos.

É aqui que entra a «OpenAgri»: o projeto financiado pelo FEDER, uma projeção italiana das Ações Urbanas Inovadoras, que visa contrariar as dificuldades referidas acima, suscitadas pela relação moderna entre a cidade e o campo. O projeto está orientado para a Grande Milão, um exemplo perfeito de uma metrópole em expansão e muito exigente, rodeada de território infértil e semiabandonado, que não serve atualmente nem para habitar nem para cultivar.

Sob o lema «Novas competências para novos empregos na agricultura periurbana», o OpenAgri tem por objetivo criar uma sinergia entre os recursos da terra nos centros periurbanos e o capital humano e os avanços tecnológicos.

O projeto foi concebido em 2016 por Rossana Torri, professora na Universidade Politécnica da Itália, fortemente apoiada pelo município de Milão, que encontrou no OpenAgri tanto um legado da política centrada na comida da cidade, como fortes incentivos para as *start-ups*, as PME inovadoras e a inclusão social.

Para se perceber como funciona o OpenAgri, precisamos de apresentar o novo polo de projetos, Cascina Nosedo, um edifício rural na «franja urbana» da grande Milão. Este laboratório inovador e altamente tecnológico planeia acolher as atividades de investigação mais avançadas da missão, incluindo a OffiCucina, a Aquaponics Greenhouse e o Centro de Desenvolvimento.

O Centro de Desenvolvimento é de longe o elemento mais fértil e inovador do OpenAgri e tem por objetivo desempenhar um papel pioneiro entre as atividades periurbanas e agroalimentares da Europa. O projeto centra-se em 18 atividades selecionadas, conhecidas pelas suas ideias de ponta sobre soluções ambientais, tecnológicas ou sociais.

Por exemplo, espera-se que a «SMAF – Agricultura Inteligente para Flores» crie uma inovação revolucionária para otimizar o consumo de água, já que a iniciativa tem por objetivo implementar «um projeto sobre agricultura multifuncional e de precisão, envolvendo o cultivo de flores comestíveis e aromáticas através do uso de soluções de agricultura inteligente».

Outra atividade de nota está a ser levada a cabo pela IO P-ORTO, uma cooperativa que propõe uma «via para empregar migrantes com base num conjunto de atividades como: o jardim mundial, os jardins urbanos, e o modelo escolha-você-mesmo gerido por migrantes, entre outros».

Concluindo: com uma ajuda substancial da UE, a cidade de Milão está a embarcar numa missão holística e progressiva para aumentar o grau de sustentabilidade da sua comida, ao mesmo tempo que criar oportunidade de emprego de alto nível e reforça a coesão social através da regeneração de áreas periurbanas esquecidas.

A atmosfera bucólica criada pelos versos românticos de Virgílio foi agora adaptada às necessidades da vida urbana no século XXI. A cidade e o campo já não são realidades distintas e incompatíveis, mas estão em transição, numa combinação homogénea entre o progresso tecnológico típico de áreas metropolitanas e a sustentabilidade ambiental dos espaços rurais.

«*Estamos a abandonar os doces campos e as fronteiras do nosso país:
Estamos a fugir da nossa terra: tu, Títilo, ocioso à sombra,
Ensina a floresta a ecoar «a doce Amarílis».*»

Virgílio, *Écloga I*



A inclusão social para um futuro melhor: música para os nossos ouvidos

Tirar as crianças da rua e inseri-las num ambiente social de aprendizagem, disciplina e respeito. É este o objetivo da Orquestra Geração, um projeto apoiado pela União Europeia que tem dado frutos desde 2007.

Começou tudo na Escola Primária Miguel Torga, na Amadora, em Portugal, mas hoje há 22 escolas a participar na iniciativa. A Orquestra Geração é um projeto de ação social a acontecer em escolas localizadas em áreas problemáticas. A ideia é oferecer educação musical sem custos para os alunos, em paralelo com a escolaridade normal do primeiro ao terceiro ciclos.

O projeto de educação musical, cofinanciado pelo Fundo Europeu de Financiamento Regional em mais de 350 mil euros, tem raízes numa filosofia originária não da Europa, mas da Venezuela. Em 1973, José António Abreu avançou com «El

Sistema», o Sistema, um modelo que tem sido adotado em todo o mundo desde então.

Um aluno de música e pianista bem-sucedido, José António pôde criar uma ferramenta de capacitação de crianças a viver em ambientes desfavorecidos no seu país. A partir daqui, em conjunto com mais de 900 000 estudantes e 10 000 professores, ele fundou o Sistema Nacional Venezuelano de Orquestras Juvenis e Infantis.

O modelo foi também replicado em Portugal com sucesso. A Orquestra Geração é gerida pelo Conservatório Nacional de Música e pela Associação das Orquestras Sinfónicas Juvenis do Sistema Portugal. Com cerca de 80 professores afetos a este projeto, a crescente procura começa a ser satisfeita. Os alunos podem escolher qualquer instrumento de orquestra ou percussão ou mesmo o coro. Esta diversidade significa que toda a gente cumpre um papel essencial no grupo e reforça a ideia do trabalho conjunto em prol de um interesse comum.





María Inês espera terminar o curso em comunicação/jornalismo na Universidade do Porto, em Portugal, no próximo ano. Com um forte interesse em assuntos internacionais, está atualmente a aproveitar a oportunidade de ser uma jornalista amadora, ao contribuir para vários jornais e revistas universitários.



A palavra-chave é a inclusão. Helena Lima, coordenadora educativa da Orquestra Geração, enfatiza a importância da criação desta rede de orquestras juvenis para assegurar uma experiência educativa completa para todos, particularmente «para as crianças e jovens social e pedagogicamente vulneráveis». Aliás, o projeto tem um forte elemento social associado à educação, que ajuda a melhorar algumas das insuficiências identificadas no ensino nas escolas consideradas problemáticas.

Helena acredita que a participação na orquestra pode ajudar a reverter as «dificuldades» por que muitos estudantes passam e a alta taxa de abandono que caracteriza estas escolas. Pela intensidade do treino de orquestra e das aulas de música, que preenchem agora o tempo extracurricular dos alunos, é possível integrar os jovens na sociedade e fomentar o seu desenvolvimento e autoestima. Nas palavras de Helena, os valores fundamentais desta Geração são o «trabalho em grupo» e a «colaboração, o compromisso e o respeito».

No futuro, a orquestra espera expandir as suas atividades e promover o projeto além-fronteiras, especialmente a países africanos de língua portuguesa. Para já, a iniciativa tem cumprido os objetivos e muitos jovens encararam como uma excelente oportunidade o poderem passar o tempo livre a estudar uma partitura ou a praticar uma escala que ainda não está perfeita. Os projetos de integração social como este são fundamentais para se atingir um desenvolvimento pleno na sociedade e para assumir a luta contra a desigualdade. E sabê-lo só pode ser música para os nossos ouvidos. ■

PONTO DE DADOS

Acompanhar o progresso do investimento ao abrigo da política de coesão

Em setembro de 2019, a Comissão publicou os dados mais recentes que sublinham o progresso dos investimentos ao abrigo dos programas da política de coesão para 2014-2020. De junho de 2018 a junho de 2019, o volume global do investimento atribuído a projetos da economia real aumentou em cerca de 90 mil milhões de euros. A percentagem do orçamento da política de coesão para 2014-2020 destinado a projetos situa-se nos 81 % do total de 485 mil milhões de euros disponíveis. Ao mesmo tempo, os pagamentos aos projetos atingiram os 29,4% do orçamento total, ou 143 mil milhões de euros.

1. Além dos grandes números nas manchetes, o que nos dizem estes dados?

Os dados pormenorizados fornecem «mapas de informação» sobre o progresso dos investimentos por fundo, país, tema

e programa individual. Por exemplo, é possível vermos diferentes taxas de progresso ao abrigo de cada fundo da política de coesão.

O progresso do investimento também varia significativamente por país: a Hungria, os Países Baixos, o Luxemburgo e Chipre têm as taxas mais altas de atribuição de financiamento a projetos (decididos) ao abrigo do fundo de coesão. Os Países Baixos, a Finlândia, Chipre e a Suécia são os que melhor desempenho têm em termos de despesa.

2. Por que razão alguns países parecem estar sempre à frente ou atrás da média da UE ao longo do tempo?

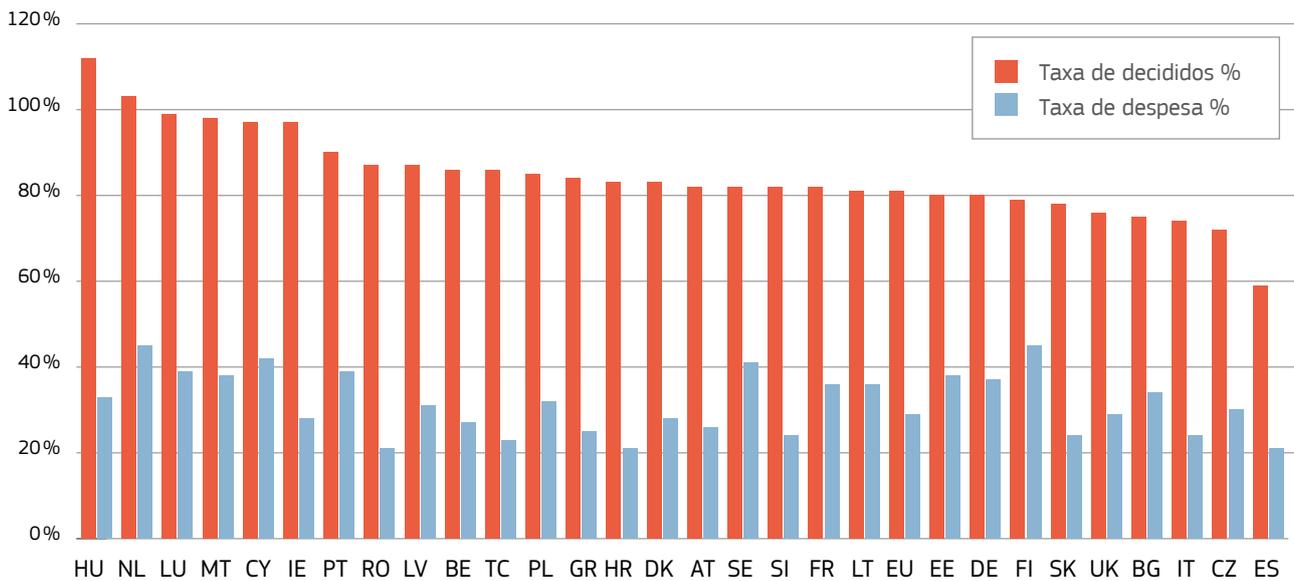
Há variações importantes nas taxas de projetos decididos e na despesa em torno das taxas médias. As variações nas «taxas de projetos decididos» são parcialmente explicadas pelas práticas nacionais na seleção de projetos mais ou menos consolidados ou pelos atrasos nos procedimentos de seleção. Os atrasos na despesa podem estar relacionados com fatores como a lenta seleção, a presença elevada de projetos de infraestrutura multianual ou a seleção de projetos menos consolidados.

Progresso do investimento da política de coesão 2014-2020 por fundo no final de junho de 2019 (em biliões de euros)

	Investimento total planeado 2014-2020	Investimento total decidido em 06/2019	% decidido	Investimento total em 06/2019	% Despesa
FC	74,8	67,9	91 %	23,3	31 %
FEDER	278,9	225,4	81 %	75,2	27 %
FSE	120,7	91,1	75 %	38,7	32 %
IEJ	10,3	9,2	89 %	5,2	51 %
Montante total	484,8	393,6	81 %	142,5	29 %

Fonte: DADOS ABERTOS DOS FEEI <https://t.co/SisUVGjm6x>
Gráfico interativo com valores nominais em euros: <https://t.co/SIVHNbsN78>

Progresso do investimento da política de coesão 2014-2020 por fundo no final de junho de 2019 (em biliões de euros)



Fonte: DADOS ABERTOS DOS FEEI <https://t.co/SisUVGjm6x>

Gráfico interativo com valores nominais em euros: <https://t.co/kJHDLSeVmg>

Para saber mais, explore esta reportagem sobre dados <https://t.co/AMPlOGsUAb>, que explica como se devem ler os mais recentes gráficos – os gráficos de dispersão das «bandeiras voadoras» – e compreender algumas das possíveis razões para as taxas de progresso variáveis.

3. Quem terá interesse no conjunto de dados?

O conjunto de dados será do interesse de um conjunto de partes interessadas e investigadores no domínio da política de coesão. Até agosto de 2019, mais de 29 000 utilizadores tinham visto o conjunto de dados e quase 6 000 tinham-no descarregado.

Estes dados facilitam a monitorização do uso dos investimentos planeados. Dada a riqueza da programação, o pormenor temático e o facto de traçar retratos anuais, esta é uma forte fundamental de informação de referência sobre o progresso do investimento.

4. Como foram compilados os dados?

Os programas da política de coesão recolhem dados financeiros de projetos decididos (seleccionados) e comunicam-nos à Comissão três vezes por ano, sendo as datas-limite 31 de dezembro, 30 de junho e 30 de setembro. A Comissão depois compara estes dados financeiros com os do programa. Este conjunto de dados é atualizado regularmente para refletir quaisquer correções feitas pelos programas.

Explore os dados na plataforma de dados abertos dos FEEI:

Na plataforma de dados abertos dos FEEI também poderá encontrar gráficos pré-formatados de «finanças executadas», que ajudam a clarificar os dados sobre a visão global, sobre o tema, o fundo, o país e sobre as páginas dos programas: <https://cohesiondata.ec.europa.eu/overview>

Esta reportagem sobre dados explica como se devem ler os gráficos de dispersão animados baseados nos dados financeiros: <https://t.co/AMPlOGsUAb>

Existe algum tema que gostaria de ver discutido em futuras edições do PUNTO DE DADOS da *Panorama*?

Existe algum conjunto de dados que gostaria que incluíssemos na Plataforma de Dados Abertos dos FEEI?

Se sim, escreva para: REGIO-EVAL@ec.europa.eu

Acompanhe o debate no TWITTER: [#ESIFOpenData](https://twitter.com/ESIFOpenData)

ou subscreva o nosso boletim informativo: http://ec.europa.eu/newsroom/index.cfm?service_id=788



#CohesionEval2019

Investir no nosso Futuro Comum:

A 20-21 de junho de 2019, Bucareste acolheu a 8.ª Conferência sobre a Avaliação da Política de Coesão da UE, organizada pela Comissão sob os auspícios da Presidência romena do Conselho da UE. O título da conferência, «Investir no nosso Futuro Comum», relembra-nos o princípio da solidariedade que subjaz à política de coesão e que, para esta política, executada sob gestão partilhada, a colaboração com os Estados-Membros é essencial.

Na abertura da conferência, a comissária Corina Crețu sublinhou que a política apoia os investimentos para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos da UE. No contexto do futuro quadro de financiamento plurianual (QFP), a comissária nomeou os principais desafios da futura política de coesão, incluindo o uso da informação sobre o que funciona, para melhorar constantemente a forte orientação para o desempenho na preparação de futuros programas e para reforçar a ligação com o Semestre Europeu.

O vice-primeiro ministro da Roménia, Vasile-Daniel Suciú, deu as boas-vindas aos participantes e sublinhou a capacidade da política de coesão para se adaptar continuamente, mantendo-se relevante apesar das circunstâncias em mudança. Na sua intervenção, o ministro para os Fundos Europeus realçou

a importância da avaliação da política de coesão na divulgação dos resultados concretos entre os cidadãos, com vista a prevenir as críticas infundadas. Michael Schneider, membro do Comité das Regiões Europeu, reforçou a ideia de que a avaliação tem sido uma ferramenta central para ilustrar a forma como esta política tem contribuído para mudar as regiões da UE para melhor.

Trabalhar no seu papel

Durante o debate de dois dias, em oito *workshops* temáticos, os especialistas refletiram sobre o papel e funcionamento da monitorização e da avaliação em vários cenários, tais como as estratégias territoriais integradas e as estratégias de especialização inteligente. A gestão dos megadados, a sua disponibilização e fiabilidade, e os sistemas de avaliação a nível nacional, europeu e internacional estiveram entre os principais temas discutidos em oficinas paralelas. «O que funciona e o que não funciona na política de coesão» era o título provocante de um quinto *workshop* centrado no contributo da avaliação *ex-post* de 2007-2013 para a simplificação e flexibilidade da proposta da Comissão para o futuro período de programação.

O público foi depois desafiado por esta pergunta: «Qual é o papel mais importante da avaliação?» a responsabilização, a aprendizagem sobre a política e a comunicação foram destacadas como os elementos nucleares para os quais a avaliação é útil e foram subsequentemente debatidos na sessão plenária final.

A avaliação tem um papel decisivo

Iliana Ivanova, decana da Câmara II, «Investimento para a coesão, o crescimento e a inclusão», do Tribunal de Contas Europeu, sublinhou que as avaliações *ex ante*, intercalares e *ex post* são todas essenciais e complementares: algumas são necessárias na conceção da política, ao passo que outras são centrais para ilustrar os resultados e para reforçar a responsabilização perante os cidadãos.

A avaliação pode ser decisiva, de acordo com Mariana Hristcheva, chefe da Unidade de Avaliação e Semestre Europeu da DG Regio. Pode indicar se os investimentos foram bem desenhados, bem posicionados e se podem promover as mais-valias, desempenhando um papel na melhoria da conceção e na execução das políticas no futuro.

O pré-requisito para conduzir avaliações sólidas e baseadas em factos assenta na disponibilidade dos dados e na sua fiabilidade. No entanto, como realçou Veronica Gaffey, presidente do Comité de Controlo da Regulamentação da Comissão, os grandes volumes de dados não devem ser usados como um escudo para esconder os fracassos das políticas públicas: os políticos devem ambicionar construir uma narrativa forte que permita aos cidadãos perceberem as conquistas e explicar porque é que alguns programas podem não atingir os seus objetivos.

As intervenções no domínio da coesão lidam, nomeadamente, com ideias inovadoras e de ponta, o que, pela sua natureza, implica riscos. Como tal, de acordo com Philip McCann, professor na Escola de Gestão da Universidade de Sheffield, esta política deveria admitir o fracasso e os políticos devem aprender a aceitar que a experimentação nem sempre conduz ao sucesso. A avaliação não serve para emitir julgamentos e classificações; serve para oferecer uma opinião que permita melhorar uma política.

Espalhar a palavra

As relações de confiança e os planos de boa comunicação para divulgar os resultados da avaliação podem evitar situações em que os críticos exageram certos resultados negativos para atacar a política, sendo que as conquistas positivas podem demorar mais tempo a materializar-se, ainda que produzam efeitos e impactos mais duradouros. Além disso, os políticos e os especialistas devem comunicar os resultados

e os fracassos usando diferentes abordagens dependendo do público, evitando cair na armadilha da simplificação e do «exercício de *marketing*».

Mihaela Toader, secretária de Estado do Ministério dos Fundos Europeus da Roménia, encerrou a conferência sublinhando a constante importância das avaliações estruturadas: os programadores precisam da avaliação para perceberem em que aspetos podem melhorar; os cidadãos e os contribuintes precisam de ver de que forma é gasto o seu dinheiro; e os políticos precisam dela para impor as suas medidas no momento de desenhar futuras políticas.

A par de discutir a avaliação e as melhorias a aplicar posteriormente, a conferência também proporcionou uma excelente oportunidade para as partes interessadas, da academia aos profissionais e decisores e modeladores políticos dos Estados-Membros, criarem redes.

O importante trabalho desenvolvido no domínio da política de coesão e o papel da Comissão enquanto forte promotor e facilitador da avaliação foram amplamente reconhecidos. Enquanto diretor de política da DG Regio, Erik von Breska reconhece a importância central da avaliação para o ciclo da política, em que tanto o processo avaliativo e os resultados são usados para apoiar a execução de programas e para desenvolver o futuro da política. A principal prioridade será definir objetivos realistas e ambiciosos, por forma a conceber intervenções claras e exequíveis no domínio da coesão, que enfrentem os desafios que se avizinham. ■



SAIBA MAIS

Sítio da conferência, incluindo as apresentações, vídeos e cartazes sobre a avaliação feitos pelos Estados-Membros: <https://europa.eu/lup98Ct>

Portal de dados abertos sobre os fundos do FSE: <https://cohesiondata.ec.europa.eu/>

A Rede de avaliação: https://ec.europa.eu/regional_policy/pt/policy/evaluations/network/



O Fundo Solidário da UE 2002-2017: pronto para qualquer eventualidade

O Fundo Solidário da UE é um instrumento político criado em 2002 para apoiar as intervenções europeias em grandes desastres nos Estados-Membros e nos países em processo de adesão, tais como inundações, terremotos, erupções vulcânicas, fogos florestais, secas e outras catástrofes naturais. O fundo pode ser mobilizado no seguimento de uma candidatura do país afetado, desde que o desastre justifique uma intervenção a nível europeu.

Em 2014, o quadro regulamentar do Fundo Solidário da UE (FSUE) foi revisto. As operações do FSUE são agora reguladas pelo Regulamento (UE) n.º 661/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 2012/2002 do Conselho. A reforma introduziu um conjunto de alterações nas atividades do fundo, tais como a clarificação dos critérios de admissibilidade para as candidaturas relativas a desastres regionais, a extensão do prazo regulamentar para as candidaturas, a extensão do período de execução e a introdução de pagamentos adiantados.

Entre 2002 e 2017, o FSUE mobilizou 5,24 mil milhões de euros para intervenções em 84 desastres em 23 Estados-Membros e um país em processo de adesão. Cerca de 90% destes recursos foram atribuídos a desastres que geraram estragos significativos a nível nacional, essencialmente para assistência em caso de terremotos, inundações e tempestades.

Não obstante, o fundo também intervém em desastres mais localizados, tais como ocorrências regionais e em países vizinhos. O gráfico ilustra a distribuição de todas as intervenções por ano de desastre, categoria de desastre (significativo, regional, vizinho), tipo de desastre (inundações, tempestades, terremotos, fogos florestais) e a quantia de apoio da UE (indicada pelo tamanho da bolha).

Como demonstrado, uma característica do ambiente em que o fundo opera é a elevada imprevisibilidade da ocorrência e a magnitude dos desastres por ano. Por exemplo, em termos de frequência, registaram-se anos críticos em 2010 e 2014 (com pelo menos 10 ocorrências anuais), ao passo que os anos mais calmos para o FSUE foram 2004, 2006 e 2011.

Melhorias significativas

Por esta razão, os recursos para o fundo não são pré-atribuídos pelo orçamento da UE. Em vez disso, baseiam-se num teto orçamental anual que, desde 2014, tem sido de 500 milhões de euros (a preços de 2011), com a possibilidade de transferir para o ano seguinte os recursos não utilizados no corrente ano.

Abrangendo as operações do fundo desde a sua instituição, em 2002, até 2017, a avaliação do FSUE analisou a sua execução e desempenho em termos da eficácia e da eficiência temporal da aprovação, execução e encerramento das intervenções; do papel da revisão do fundo em 2014; das sinergias entre o FSUE e outros instrumentos de política da UE para a gestão de risco de desastres; e da perceção das partes interessadas da mais-valia da UE neste instrumento de política e do seu papel enquanto inspirador de desenvolvimentos estratégicos nos sistemas nacionais de gestão de risco de desastres.

Levada a cabo entre setembro de 2018 e março de 2019, a avaliação seguiu os princípios de melhor regulamentação da Comissão, disponibilizando elementos para os cinco critérios de avaliação: eficácia, eficiência, coerência, relevância e mais-valia da UE. Além disso, também considerou o critério de avaliação específico ao instrumento: a solidariedade europeia.

A avaliação concluiu que, em particular devido à reforma de 2014, a execução do fundo melhorou significativamente, especialmente na taxa de aprovação para os desastres regionais e no tempo de aplicação do fundo no terreno.

O projeto «Road Trip» faz-se de novo à estrada

Na segunda edição do projeto «Road Trip» da DG REGIO, duas equipas de quatro jovens visitam simultaneamente 17 países da UE naquela que esperam vir a ser a aventura de uma vida. Cada grupo inclui um realizador, um redator, um fotógrafo e um apresentador, que são incumbidos de registar as suas principais experiências enquanto visitam e aprendem mais sobre projetos financiados pela UE nas várias regiões da Europa.

O percurso da equipa Travelbugs começa nas ilhas Alanda, na Finlândia, e termina nas ilhas Canárias, em Espanha.

Dayana, uma atriz de 22 anos, vem da Bulgária mas vive em Inglaterra. É uma pessoa sociável e gosta de passar tempo no exterior e de fazer novos amigos. No seu tempo livre, pratica desporto, lê e escreve poesia, que é uma das suas grandes paixões.

Rareş tem 27 anos, vem da Roménia e vive em Itália há 12 anos. É formado em mediação intercultural, mas abandonou esta carreira para se dedicar à sua paixão: a fotografia. Gosta de criar coisas novas, mas para relaxar joga computador e vê filmes, séries de televisão e vídeos no YouTube. A sua citação favorita é a seguinte: «A criatividade é a nova literacia!»

Elliot, um sueco de 19 anos, acaba de concluir o ensino secundário com o sonho de ser um fotógrafo e videógrafo *freelancer*. É um youtuber autodidata e cineasta amador e tem um fascínio por documentários *indie* – sobretudo os que ilustram a beleza do nosso mundo. Quando precisa de uma pausa, gosta de dar longos passeios, beber café e ouvir música. Talvez nesta viagem tenha a oportunidade de fazer o seu próprio documentário!

Vanessa é sul-africana, tem 24 anos e vive na Hungria, onde está a fazer um mestrado. Sempre sonhou em viajar pela Europa. Por isso, quando lhe surgiu esta oportunidade, não hesitou. No seu tempo livre, Vanessa gosta de ler livros de autoajuda e produz conteúdos para o seu blogue sobre alimentação e nutrição.

O percurso da equipa Calma começa em Dublin, na Irlanda, e termina em Nicósia, Chipre.

Panos é um *vlogger* de 24 anos de Chipre que, nos últimos quatro anos, viveu na Grécia, na Austrália e em Chipre. Viajou com a sua câmara pela Ásia e fez parte de um projeto de viagem de 100 dias para interligar o mundo através da amizade. Adora dormir, rir-se de si mesmo, ver o lado positivo da vida e fazer rir os outros (o que faz muito bem)!



Selina tem 22 anos, vem da Alemanha e viveu em quatro cidades diferentes no último ano. Acaba de concluir a licenciatura em Jornalismo e a sua paixão é a de fazer reportagens sobre questões sociais e ambientais. Nos seus tempos livres, Selina adora ir a festivais de música, embrenhar-se na natureza e explorar coisas novas.

Wijnand é um cineasta de 26 anos e vem dos Países Baixos. Adorava carne, mas tornou-se vegetariano por motivos éticos. Durante as suas aventuras na estrada, quer conhecer novas pessoas e ouvir as suas histórias: como cresceram, o que as motiva e como veem o futuro.

Olga é uma estudante de 19 anos da Polónia que está a tirar um ano para viver a aventura da sua vida. É amante de arte e entusiasta da ciência. No projeto «Road Trip», espera formar memórias que possa recordar durante muitos anos! ■

SAIBA MAIS
<https://roadtripproject.eu/>

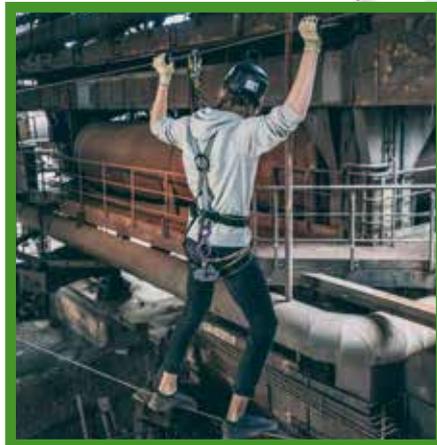


A passear de canoa na zona de paisagem protegida de Tokaj-Bodrozug, na Hungria

Numa descida até ao património industrial europeu na profunda mina de carvão e museu na Silésia, Polónia



Fotografia de equipa no Luxemburgo com Charles Elsen, um dos signatários do Acordo de Schengen



A chegar a um ponto alto na Alemanha para uma vista aérea do parque paisagístico de Duisberg



A PANORAMA
agradece o seu
contributo!

«Nas suas próprias palavras» é a secção da *Panorama* na qual partes interessadas aos níveis local, regional, nacional e europeu resumem as suas realizações no período de 2014-2020 e partilham os seus pontos de vista sobre os debates atuais e cruciais sobre

a política de coesão pós-2020. A *Panorama* agradece contributos dos leitores no seu próprio idioma, que poderão ser incluídos em futuras edições. Contacte-nos através do endereço region-panorama@ec.europa.eu para obter mais informações sobre orientações e prazos.

Diretiva Inovação Social da Baixa Saxónia – gerir a mudança social

A nossa sociedade enfrenta mudanças estruturais cada vez mais rápidas, em parte devido à evolução demográfica e à digitalização. Este fenómeno não pode ser combatido apenas com inovação tecnológica. Durante vários anos, a Baixa Saxónia testou inovações sociais destinadas a alterar as estruturas sociais.

No atual período de financiamento da UE, pela primeira vez, os fundos do FSE podem ser utilizados para apoiar inovações sociais. A diretiva «Inovação Social» da Baixa Saxónia promove «abordagens inovadoras que contribuem para resolver desafios sociais e satisfazer as necessidades locais e regionais».

O amplo alcance do financiamento confere aos promotores tanta margem quanto é possível. A Baixa Saxónia escolheu uma nova abordagem do financiamento para desenvolver projetos por medida que também possam ser transferidos para outras partes do estado.

Através da cooperação dos intervenientes locais, os projetos destinam-se a formar estruturas permanentes. Três



Birgit Honé
Ministra dos Assuntos Federais e Europeus e do Desenvolvimento Regional do estado alemão da Baixa Saxónia

gabinetes de inovação social apoiam os candidatos na elaboração dos projetos, concedendo-lhes também a oportunidade de organizar cooperação transnacional ou um intercâmbio de experiências a nível europeu.

Por um lado, o financiamento é concedido a projetos que promovem a adaptação às mudanças no mundo do trabalho, e, por outro, a projetos que melhoram o acesso a serviços sociais e de saúde.

Os 40 projetos financiados até à data variam dos cuidados de saúde, mobilidade e telemedicina à superação dos obstáculos linguísticos e a projetos relacionados com os refugiados. Em 2020, serão lançados mais 15 a 20 projetos.

A Baixa Saxónia lançou uma experiência com a Diretiva Inovação Social. Não faltam ideias para resolver os desafios locais nas regiões. No entanto, é necessário o enquadramento certo para permitir um financiamento mais flexível e mais simples que resulte na utilização de novas abordagens pelos projetos.

A diretiva foi acolhida com grande interesse no terreno e foram testadas muitas abordagens novas, resultando na emergência de novas redes e esforços colaborativos.

Foi dada maior prioridade às inovações sociais no âmbito do FSE+, que está planeado para o período de financiamento de 2021-2027. Mesmo que o formato específico ainda não esteja finalizado, pode assumir-se, observando propostas regulamentares anteriores, que a Baixa Saxónia continuará a ter a oportunidade de desenvolver e promover projetos de inovação social no âmbito dos processos participativos. ■

NOTÍCIAS [BREVES]



Os dados revelam que a política de coesão combate as alterações climáticas

Para que a UE atinja as metas acordadas em termos de clima e energia até 2020, a Comissão Europeia comprometeu-se a apoiar a ação climática com pelo menos 20% do quadro financeiro plurianual para 2014-2020. Este compromisso político insere-se num esforço mais amplo de integração da ação climática e de contributo para os esforços de atenuação dos efeitos das alterações climáticas e de adaptação do nosso ambiente natural e edificado e da nossa economia ao impacto esperado. Pela sua própria natureza e pelo alcance dos seus objetivos, o FEDER e o Fundo de Coesão são importantes contribuidores para o acompanhamento das metas globais da UE. No período de 2014-2020, estes fundos estão a investir um total de 54,8 mil milhões de euros. Agora, é possível acompanhar os investimentos planeados e os progressos na sua execução utilizando dados abertos.

Consulte esta publicação num blogue que abre uma janela para os dados pormenorizados: <https://bit.ly/33jRQYv>

Principais realizações da política de coesão em 2014-2020

Está disponíveis em linha uma nova apresentação do <https://europa.eu/!xX99ku>. Os objetivos de investimento selecionados e os progressos realizados até à data para a respetiva consecução estão organizados sob três rubricas:

- > Uma Europa inteligente: investigação e inovação, economia digital, PME;
- > Uma Europa sustentável: economia hipocarbónica, ação ambiental e climática, infraestruturas de rede;
- > Uma Europa inclusiva: mercado de trabalho, inclusão social e capital humano.

O texto baseia-se sobretudo nos principais valores-alvo no final de 2017 (salvo indicação em contrário), ao passo que as metas de realização são enquadradas no contexto mais amplo; os gráficos (alimentados por [#ESIFOpenData](#)) serão atualizados em dezembro de 2019.

Pactos de Integridade conquistam prémio de excelência pela administração aberta

A iniciativa <https://europa.eu/!YY79fU>, promovida pela DG Política Regional e Urbana da Comissão, em cooperação com a Transparency International, venceu o prémio do Provedor de Justiça Europeu por Boa Administração em 2019 na categoria «Excelência na administração aberta».

O prémio reconheceu a «utilização inovadora das parcerias com ONG, órgãos do poder público e empresas privadas, ajudando a aumentar a confiança do público através do combate à corrupção». Trata-se de um reconhecimento dos esforços de todos os intervenientes nos 17 projetos e dos 11 diferentes Estados-Membros envolvidos.

A DG REGIO lançou a iniciativa em 2015 selecionando os projetos e as organizações da sociedade civil após um convite à manifestação de interesse. Um **Pacto de Integridade** é um contrato celebrado entre uma entidade adjudicante e operadores económicos que apresentam propostas para contratos públicos comprometendo-se a abster-se de práticas corruptas e a levar a cabo um processo de contratação pública transparente. Para garantir a responsabilização e a legitimidade, o Pacto inclui um contrato distinto com uma organização da sociedade civil que acompanha a conformidade de todas as partes com os seus compromissos.

O Prémio por Boa Administração reconhece as ações das administrações públicas da UE que têm um impacto positivo visível e direto nas vidas dos cidadãos. O Provedor de Justiça criou este prémio em 2017 para promover a excelência no serviço público da UE e a partilha de boas ideias e práticas.

FINANCIAMENTO ALTERNATIVO PARA EMPRESAS SOCIAIS EM ITÁLIA E EM ESPANHA

**INVESTIMENTO TOTAL
899 070 EUR**

**CONTRIBUIÇÃO DA UE
854 115 EUR**

Graças ao financiamento da UE, uma parceria de regiões italianas e espanholas concebeu modelos financeiros para impulsionar a sua economia social.

Hoje, há falta de financiamento na Europa para organizações empresariais que respondem aos desafios com que a sociedade se confronta, como o desemprego, o envolvimento dos jovens, a exclusão e as perdas ambientais. Designadas coletivamente como «empresas sociais», representam apenas 10% das empresas europeias e 7% do emprego na Europa.

Uma das principais razões para um nível tão baixo de investimento é o facto de os bancos investirem tradicionalmente em empresas com base nos seus balanços e modelos de negócio, ao passo que os retornos em termos ambientais e culturais são frequentemente subvalorizados. Em termos simples, as grandes empresas são consideradas como um investimento mais seguro.

O projeto Instrumentos Financeiros Inovadores de apoio à Economia Social (IFISE) – uma parceria entre duas regiões italianas e duas regiões espanholas – desenvolveu novos métodos de financiamento para demonstrar o modo como as instituições de solidariedade, as cooperativas e outras empresas sociais podem receber capital. Para definir os instrumentos financeiros de vanguarda, o IFISE analisou 57 casos em toda a Europa.

O projeto centrou-se no investimento de impacto, que valoriza os retornos financeiros e os retornos sociais (descrito como abordagem «de finalidade dupla»), e no financiamento coletivo (*crowdfunding*), que angaria quantias inferiores de financiamento junto de um maior número de pessoas.

Para compreender que tipo de financiamento melhor se adequa às regiões do IFISE, o projeto desenvolveu estudos de viabilidade para os quatro. Na Lombardia, o estudo deu prioridade à viabilidade das obrigações de impacto social, ao passo que na Andaluzia, em Piemonte e em Valência, foi estudada a viabilidade da criação de fundos de impacto social. Ambos os modelos revelaram-se compatíveis com o financiamento operacional regional, como o Fundo Social Europeu (FSE) e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

Investir na sociedade

As conclusões do IFISE foram resumidas num manual que pode ser transferido do sítio Web do projeto. O guia destina-se às autoridades de gestão, mas pode ajudar qualquer pessoa que pretenda utilizar instrumentos de financiamento de vanguarda para abordar questões sociais ou ambientais.

Com o apoio de instituições financeiras internacionais e da academia, o IFISE também ministrou formação nas suas regiões parceiras sobre os aspetos técnicos e jurídicos do investimento em impacto social. Publicou estas dicas e orientações úteis como um programa de formação replicável.

A longo prazo, espera-se que os modelos financeiros do IFISE sejam transferidos para outras regiões europeias. De acordo com os coordenadores do projeto, tal será facilitado se as leis que regem as empresas sociais na UE puderem ser normalizadas. ■

SAIBA MAIS

<https://www.finpiemonte.it/Ifise-project>

PROJETOS

APLICAÇÃO DE JOGOS CONFERE UMA NOVA DIMENSÃO À PROCURA DE EMPREGO

**INVESTIMENTO TOTAL
500 000 EUR**

**CONTRIBUIÇÃO DA UE
350 000 EUR**

Um projeto da região de Lazio, em Itália, reuniu empregadores e candidatos a emprego numa plataforma digital inovadora. Utilizando uma aplicação móvel, a Employerland oferece jogos e questionários por medida que as pessoas podem utilizar para encontrar um emprego. PME e grandes empresas de toda a Itália registaram-se na plataforma para atrair candidatos talentosos.

A aplicação Employerland tira partido das tecnologias digitais mais recentes para oferecer às equipas de recursos humanos uma nova forma de recrutar pessoal. Vai além das abordagens tradicionais de publicação de ofertas de emprego na Internet ou em jornais e de posterior análise de CV. A aplicação destina-se especialmente aos jovens, que estão mais familiarizados com a utilização das tecnologias digitais no dia-a-dia.

Desde o seu lançamento, em 2014, cerca de 1 000 pessoas altamente qualificadas conseguiram empregos através desta aplicação, que foi transferida por mais de 100 000 utilizadores. Além disso, mais de 800 empresas registaram-se na plataforma, incluindo empregadores de topo, como a Ferrovie dello Stato Italiane, a Oracle, a Pirelli, a Lamborghini, a Luxottica, a Bosch, a Salini Impregilo, a PwC e a Nestlé.

A equipa da Employerland também organizou mais de 50 eventos institucionais e várias jornadas de recrutamento que atraíram mais de 15 000 jovens.

Quem estiver à procura de emprego pode transferir a aplicação para o seu *smartphone* ou *tablet*. Depois, regista o seu perfil na plataforma e começa à procura de jogos e empregadores à sua medida. Os utilizadores participam em desafios virtuais, respondem a perguntas sobre empresas específicas para ganhar pontos e exibem as suas competências. Quando vencem um jogo, os jogadores conquistam acesso à equipa

de RH da empresa e, por conseguinte, uma boa oportunidade de conseguir um emprego.

Além disso, as pessoas que têm o melhor desempenho em alguns dos jogos recebem um «Passe de competências» especial que leva a uma entrevista durante os eventos nos quais as empresas participam.

As empresas podem utilizar a plataforma para aumentar a sua visibilidade no mercado de trabalho publicitando ofertas – quer diretamente através da aplicação, quer através dos eventos da Employerland. O processo permite aos empregadores adaptarem os seus requisitos de recrutamento através de um jogo ou competição que é adaptado às suas necessidades específicas. Além disso, podem realizar campanhas de divulgação de marca através da aplicação para atrair talentos.

Caça de talentos

A abordagem por medida da Employerland ajuda as empresas a reduzir os custos de recrutamento e a aumentar a eficiência dos processos de seleção, uma vez que os candidatos talentosos só realizam os testes se se sentirem motivados para trabalhar para a empresa em questão. A plataforma tem também um espaço onde os empregadores podem utilizar os testes e questionários para interagir ou ministrar formação ao respetivo pessoal.

A Employerland pode orgulhar-se de ser a primeira aplicação móvel a oferecer recursos de recrutamento com base no envolvimento das pessoas em jogos sociais. O projeto foi desenvolvido como uma empresa em fase de arranque após ter recebido apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, da região de Lazio e de um investidor providencial privado. O seu êxito até à data levou à criação de nove postos de trabalho na Employerland. ■

SAIBA MAIS

<https://www.employerland.it>

PROJETOS

MUSEUS NA EUROPA CENTRAL ACOLHEM UM PÚBLICO ALARGADO

**INVESTIMENTO TOTAL
2 579 255 EUR**

**CONTRIBUIÇÃO DA UE
2 091 160 EUR**

O património cultural na Europa Central é agora mais acessível graças às abordagens inclusivas em matéria de acessibilidade e materiais didáticos financiadas pelo programa Interreg.

Com tantas atrações culturais na UE, não existe falta de locais para aprender sobre a riqueza do património e da história da Europa. Infelizmente, as pessoas com deficiência nem sempre têm facilidade em visitar estes museus e galerias de arte.

A instalação de ascensores e rampas de acesso para visitantes com mobilidade reduzida é apenas parte da solução. Muitos outros tipos de deficiência – cognitiva, sensorial e outras doenças temporárias – exigem uma melhor compreensão dos obstáculos à acessibilidade.

O projeto COME-IN!, que é financiado pelo programa Interreg Europa Central, está a ajudar museus de pequena e média dimensão na UE a abrir as portas a um público mais alargado. Graças à melhoria da acessibilidade e da qualidade dos materiais didáticos, mais pessoas podem agora viver e desfrutar do património cultural.

O projeto desenvolveu orientações e formação úteis para os museus e lançou um novo rótulo inovador que é atribuído aos museus que cumpram os padrões de acessibilidade melhorada.

A coligação COME-IN! de 14 organizações inclui museus da Áustria, da Croácia, da Alemanha, de Itália, da Polónia e da Eslovénia. A sua rede de académicos, instituições de formação e responsáveis políticos ansiava por incluir as pessoas com deficiência para melhor compreender quais os obstáculos que

atualmente limitam o seu aproveitamento do património cultural. Por conseguinte, consultaram-se associações de pessoas com deficiência e instituições públicas antes da implementação das ações-piloto do projeto nas várias regiões participantes.

Política de portas abertas

O COME-IN! desenvolveu um conjunto de orientações comuns que os sítios qualificados como património podem utilizar para garantir a acessibilidade a todos os seus visitantes. É possível transferir um manual de formação do sítio Web do COME-IN! para ajudar os operadores dos museus a aplicar estas normas elevadas.

Com base na experiência adquirida pelos parceiros durante o projeto, o rótulo COME-IN! foi lançado para distinguir os museus que cumprem as orientações. Embora existam rótulos semelhantes a nível local e nacional, é a primeira vez que um programa tem em conta todas as deficiências. O rótulo será promovido a nível transnacional, para que os museus de países fora da Europa Central também se possam candidatar.

Embora se destinasse originalmente aos museus, o rótulo foi alargado de modo a incluir candidaturas de qualquer atração ou evento cultural que coloque a acessibilidade no topo da sua agenda. ■

SAIBA MAIS

<https://bit.ly/2LX7N0X>

AGENDA

14-15 DE NOVEMBRO

Bruxelas (BE)

Conferência SMART REGIONS 3.0: Transformação através da especialização inteligente

28-29 DE NOVEMBRO

Milão (IT)

Terceiro fórum anual da Estratégia da UE para a região alpina

30-31 DE JANEIRO DE 2020

Porto (PT)

Cities Forum 2020

INFORMAÇÃO JURÍDICA

A Comissão Europeia, assim como qualquer pessoa agindo em seu nome, não pode ser considerada responsável pela utilização dada às seguintes informações.

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2019

PDF: 1725-8154 KN-LR-19-070-PT-N

© União Europeia, 2019

Reutilização autorizada mediante indicação da fonte.

A política de reutilização de documentos da Comissão Europeia é regida pela Decisão 2011/833/UE (JO L 330 de 14.12.2011, p. 39).

Para qualquer utilização ou reprodução de fotografias ou outros materiais não abrangidos pelos direitos de autor da UE, é necessário obter permissão diretamente junto dos titulares dos direitos de autor.

Printed by Bietlot in Belgium

Esta revista é impressa em papel reciclado em alemão, búlgaro, espanhol, francês, grego, inglês, italiano, polaco e romeno. Está disponível em linha em 22 línguas no sítio: http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/information/publications/panorama-magazine/

O conteúdo da presente edição foi concluído em outubro de 2019.

FOTOGRAFIAS (PÁGINAS):

Capa: © iStock/olgagorovenko

Página 3: © União Europeia

Página 13: © Energy Cells GR; Librarium;
© Connect Innovation; © Stockholms stad

Página 14: © CobBauge; © Franziska Drasdo;
© Ecomare; © Capture; © Ecomare

Página 15: © iStock/AlexRaths; © EUMINT; © Wise project;
© iStock/SeregaYu; © iStock/AlquijisNJ

Página 16: © Climate Alliance; © Citywalk;
© iStock/balticboy; © WTCB

Página 17: © Orsi Academy; © iStock/Chinnapong; © CAWT;
© Oulu Sote Labs; © iStock/SDI productions

Página 20: © iStock/ipopba

Página 22: © iStock/Photographer CW

Página 24: © Denmark's Business Promotion Board

Página 27: © iStock/Yuri_Arcus; © iStock/jhorrocks

Página 28: © iStock/J2R

Página 29: © iStock/TomML

Página 30: © iStock/Luis Fonseca

Página 31: © CCDR Algarve

Página 32: © iStock/badahos

Página 34: © Francesca Fumagalli

Página 35: © iStock/Solstock

Página 36: © Orquestra Geração

Página 37: © CC BY-SA 4.0/ Joseolgon (<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/deed.en>); © Inês Pinto da Costa

Página 40: © União Europeia

Página 42: © iStock/hepatus

Página 45: © União Europeia

Página 46: © Governo da Baixa Saxónia, Alemanha

Página 47: © iStock/lan Dyball

Página 48: © iStock/busracavus

Página 49: © iStock/xavieramau

Página 50: © Luca Laureati

MANTENHA-SE LIGADO



ec.europa.eu/regional_policy
cohesiondata.ec.europa.eu



[@EUinmyRegion](https://twitter.com/EUinmyRegion)



[EUinmyRegion](https://www.facebook.com/EUinmyRegion)



[flickr.com/euregional](https://www.flickr.com/euregional)



[EUinmyRegion](https://www.youtube.com/EUinmyRegion)



[euinmyregion](https://www.instagram.com/euinmyregion)



ec.europa.eu/commission/2014-2019/cretu_en
[@JHahnEU](https://twitter.com/JHahnEU)



Serviço das Publicações
da União Europeia

Comissão Europeia
Direção-Geral da Política Regional e Urbana
Comunicação – Agnès Monfret
Avenue de Beaulieu/Beaulieulaan 1 – B-1160 Bruxelles/Brussel
Endereço eletrónico: regio-panorama@ec.europa.eu